

Estudo

TRÊS DÉCADAS DE MERCADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE DA ATIVIDADE E DO RENDIMENTO POR MEIO DA PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO

**Três décadas de mercado de trabalho
do Distrito Federal: uma análise da
atividade e do rendimento por meio da
Pesquisa de Emprego e Desemprego**

Brasília-DF, agosto de 2023

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha

Governador

Celina Leão

Vice-Governadora

**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAD**

Ney Ferraz Júnior

Secretário

**INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA
DO DISTRITO FEDERAL - IPEDF Codeplan**

Manoel Clementino Barros Neto

Diretor-Presidente

Sônia Gontijo Chagas Gonzaga

Diretora de Desenvolvimento Institucional

Renata Florentino de Faria Santos

Diretora de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais

Daienne Amaral Machado

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Dea Guerra Fioravante

Diretora de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas

EQUIPE RESPONSÁVEL

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS - DIEPS

- Dea Guerra Fioravante - Diretora

Coordenação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas - COEPS/DIEPS

- Jusçanio Umbelino de Souza - Coordenador

Elaboração do estudo

- Pietro Rodrigo Borsari - Pesquisador (Programa de Bolsas da Codeplan - Resolução SEI-GDF nº 169/2021 - Diretoria Colegiada - DICOL/2021 - de 15 de março de 2021)
- Rodrigo Emmanuel Santana Borges - Assessor Especial - COEPS/DIEPS
- Lúcia dos Santos Garcia - Coordenadora de Projetos PED do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

Agradecimento

Os autores agradecem a coordenadores e supervisores Clarissa Schlabitz, Thiago Rosa e Jusçanio Souza por suas sugestões e melhorias no texto. Quaisquer erros ou omissões são de exclusiva responsabilidade dos autores do trabalho

Revisão e copidesque

Eliane Menezes - Ascom

Editoração Eletrônica

Maurício Suda - Ascom

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Economia e mercado de trabalho na história do Distrito Federal	9
2. PERIODIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL	12
3. PANORAMA DA ECONOMIA BRASILEIRA PÓS-1990	13
4. TRÊS DÉCADAS DE MERCADO DE TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL.....	21
4.1. Encadeamento das séries temporais da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.....	21
4.2. Relação entre o quadro nacional e o Distrito Federal.....	22
4.3. Atividade do mercado de trabalho.....	23
4.3.1. População em idade ativa	23
4.3.2. Força de trabalho e desemprego	24
4.3.3. Posição na ocupação.....	29
4.4. Rendimentos do trabalho principal.....	30
4.4.1. Posição na ocupação.....	31
4.4.2. Posição na ocupação e setor de atividade econômica	33
4.4.3. Posição na ocupação e grau de instrução.....	34
4.4.4. Diferenciais por sexo e cor/raça.....	35
5. COMENTÁRIOS FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
APÊNDICE.....	41
Apêndice A - Tabela e gráficos	41

1. INTRODUÇÃO

Entre 1992 e 2021, a economia brasileira cresceu moderadamente, e diversos indicadores sociais avançaram e alguns problemas estruturais mantiveram-se ou aprofundaram-se. No Distrito Federal, mudanças parecidas ocorreram, embora com particularidades. Em ambos os casos, há períodos de aceleração do crescimento econômico, crises e estagnação. Em cada momento, o mercado de trabalho responde ao nível de atividade econômica, bem como às políticas econômicas implementadas pelos governos de ocasião.

Apesar de não ser o propósito do artigo, a relação entre as economias brasileira e do Distrito Federal é o pano de fundo do objeto pretendido, qual seja, o de **oferecer um panorama do mercado de trabalho do Distrito Federal nos primeiros trinta anos de realização da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-DF)**,¹ em conexão com a evolução da conjuntura brasileira nesse período.

Para tal, o artigo está estruturado em mais quatro seções para além desta introdução. A primeira seção propõe uma periodização sobre o mercado de trabalho do DF que guiará todo o ensaio, contribuição relevante da pesquisa. A próxima contém sumário da dinâmica econômica brasileira a partir dos anos 1990, pano de fundo em que se insere a economia do Distrito Federal. A terceira corresponde à contribuição principal do texto, uma análise do mercado de trabalho do Distrito Federal à luz dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-DF). Essa análise longitudinal somente pôde ser concebida em virtude da continuidade da PED ao longo das últimas décadas, o que possibilitou o encadeamento das séries temporais. Por fim, são feitos comentários sobre o alcance, limitações e possíveis desdobramentos de estudos sobre o mercado de trabalho candango, com o objetivo último de contribuir para o desenvolvimento do Distrito Federal.

1.1. Economia e mercado de trabalho na história do Distrito Federal

Na década de sua fundação, 1960, a indústria (construção civil) era o eixo dinâmico da economia de Brasília, representando 60% dos trabalhadores no total das ocupações, ao passo que os setores de serviços e agropecuária representavam apenas 35% e 5%, respectivamente. Na década de 1980, o cenário era completamente diferente: 16% dos ocupados estavam na indústria, 82%, nos serviços e 2%, na agropecuária.

Com a informação macrossetorial um pouco mais detalhada disponível a partir da PED-DF, nota-se que o setor de serviços, sem incluir comércio, absorvia praticamente de 73% dos ocupados em 1992, peso praticamente inalterado ao final de 2021 (quando representou 71,7% do volume de ocupados). O setor de comércio apresentou ligeira elevação na participação; passou de 16,2% do total de ocupados em 1992 para 17,5% do volume total de ocupações em 2021. Ambos os setores, somados, mantiveram presença de praticamente 90% do total de ocupações (89,1% em 1992 e 89,2% em 2021).

¹ Pesquisa capitaneada pela parceria entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e o Governo do Distrito Federal, com dados divulgáveis desde janeiro de 1992. Com isto, temos 30 anos de pesquisa, configurando a maior experiência de acompanhamento do mercado de trabalho no Brasil.

No caso da indústria (transformação + construção civil), há ligeiro declínio no total de ocupados no período: passou de 10,5% dos ocupados em 1992 para 9,1% em 2021, e a indústria de transformação como o principal setor responsável por essa queda (de 4,6% para 3,5%, no mesmo período).

Após o momento de construção e forte adensamento da ocupação territorial da cidade de Brasília e entorno, o papel ímpar da concentração de servidores da União seguiu evidente. Assim, apesar de contar com estrutura econômica pouco diversificada e altas taxas de desemprego, o Distrito Federal conta com elevado Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* para os padrões nacionais (ZAVASKI *et al.*, 2014). Esse traço sintético da condição econômica da população local acompanha, em larga medida, a centralidade do setor público e a grande desigualdade de rendimentos do trabalho (SOUZA; MAIA; OLVEIRA, 2011; ZAVASKI *et al.*, 2014).

Isso posto, o Distrito Federal (DF) é uma unidade federativa do Brasil que conta com algumas singularidades. Por ser a capital da República, o DF concentra atividades político-administrativas de modo único, implicando dimensões do setor público muito maiores em comparação com o restante do país. Acrescenta-se o fato de ser “estado e município” ao mesmo tempo, congregando funções, tributações e responsabilidades dos dois níveis.

Do ponto de vista de sua fundação, Brasília representou o processo de expansão para o interior do país, em face da concentração demográfica e econômica na faixa litorânea, marca histórica do desenvolvimento brasileiro. Além disso, o crescimento do DF em uma relativamente diminuta extensão territorial, a menor entre as unidades federativas, tem transbordado para a periferia da cidade e outros municípios do estado de Goiás, resultando na conformação de uma área metropolitana² de fato (ZAVASKI *et al.*, 2014).

O Produto Interno Bruto do Distrito Federal cresceu (cf. Gráfico 1), entre 1992 e 1998, a uma taxa anual de aproximadamente 3%, próxima do crescimento nacional. No subperíodo seguinte, o PIB passou de R\$ 48,6 bi, em 1999, para R\$ 53,9 bi, em 2002, a preços correntes, o que conferiu uma taxa anual de crescimento ligeiramente superior à do período anterior (3,4%).

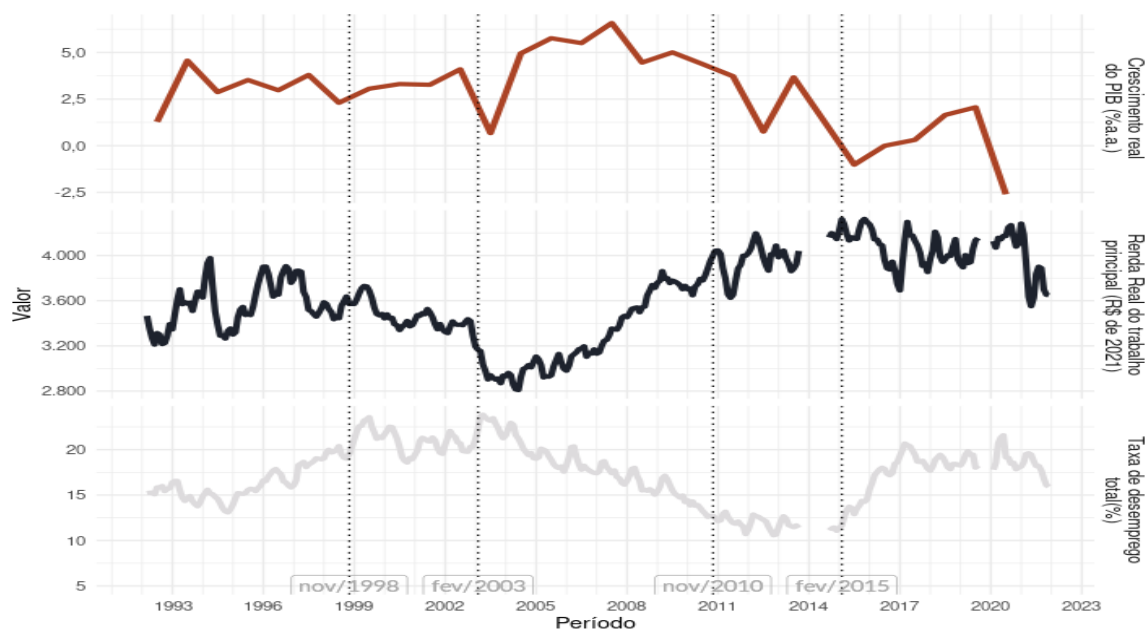
Entre 2003 e 2010, a economia do Distrito Federal apresentou sua maior taxa de crescimento anual média, de 4,7%, consonante com o dinamismo da atividade nacional. No subperíodo 2011-2014, a economia desacelerou e cresceu a uma taxa média de 2,5% a.a., até que, entre 2015 e 2020, ocorreu uma estagnação (0,1% a.a.). Vale notar, neste último subperíodo, foram registrados os únicos três anos de decréscimo da economia do DF na série analisada: 2015, 2016 e 2020.

Do ponto de vista da evolução participação por setor econômico,³ o Distrito Federal sempre teve uma preponderância dos serviços: de 96,4% do valor adicionado bruto, em 1992, tal setor representou 90,9%, em 2002, até chegar em 94,8%, em 2020, no mesmo indicador. A indústria, por sua vez, apresentou participação de 3,6%, 8,7% e 4,6%, para os mesmos anos, respectivamente; se considerada apenas a indústria de transformação, os percentuais foram de 1,4%, 1,7% e 1%. A agropecuária, pouco expressiva no Distrito Federal, oscilou entre 0,4% (2002) e 0,7% (2020).

² Vale dizer que, do ponto de vista legal e administrativo, Brasília não pode formar uma região metropolitana, cabendo apenas a sua integração em Região Integrada de Desenvolvimento Econômico.

³ Como captado nas Contas Regionais do IBGE (vários anos).

Gráfico 1 - Crescimento real do PIB, renda média do trabalho principal e taxa de desemprego, Distrito Federal - 1992 a 2021



Fonte: Convênio Dieese/Seade-SP/MTE-FAT/Setrab-GDF/IPE-DF. Para o PIB do DF - IBGE, Sistema de Contas Nacionais (SCN), Contas Regionais, vários anos. Entre 1992 e 1994, crescimento real do valor adicionado bruto. Entre 1995 e 2002, cf. SCN referência 2002.

Elaboração: Os Autores.

2. PERIODIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL

Na ocasião de 20 anos da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal, o estudo de Biagioni *et al.* (2011) procedeu a uma periodização, iniciativa similar à que ora se mostra. Ali, identificaram os autores que: i) entre 1992 e 1996 ocorreu um forte aumento do rendimento médio da população ocupada, seguido de acentuada queda em 1997-2003 e recuperação nos anos seguintes (2004-2010); ii) separando a população ocupada em patamar superior (assalariados do setor público e empregadores), patamar intermediário (assalariados do setor privado, com e sem carteira de trabalho e autônomos) e patamar inferior (empregadas domésticas), verificou-se a existência de evoluções diferentes dos rendimentos médios do trabalho principal no período, com forte elevação para os assalariados do setor público (44%) – que já apresentavam maior rendimento médio – e de camadas mais vulneráveis, como os assalariados do setor privado sem carteira de trabalho (63%) e as trabalhadoras domésticas (64%), tendências opostas em relação à redução da desigualdade dos rendimentos de trabalho; e iii) portanto reduziu-se a diferença nos rendimentos entre assalariados do setor de serviço com carteira de trabalho e sem carteira, ao longo das décadas de 1990 e 2000.

Passada uma década, segue importante o recurso à periodização para permitir uma análise pormenorizada de período tão extenso. Desta feita, procedeu-se a uma forma mais rigorosa, em consonância com a literatura correspondente, para identificação de períodos, após intuitivamente comprovar sua existência e relevância por meio da exploração visual das séries relativas ao mercado de trabalho do Distrito Federal.

Considerando a Taxa de Desemprego Total (TDT) – aberto e oculto⁴ –, o período de 30 anos pode ser dividido em cinco subperíodos para fins analíticos; esta periodização em si é um resultado importante desta pesquisa e foi obtida por teste de quebra estrutural da série de Taxa de Desemprego Total (médias móveis trimestrais), realizado por meio da execução de rotinas do pacote *strucchange* (v.1.5.3) no software *R* (v.4.2.2), sem predefinição de número de quebras, baseado no método descrito por Zeileis *et al.* (2003).

Assim, de 1992 a novembro de 1998, houve elevação de 15,2% para 19,5% da Taxa de Desemprego Total. Entre 1999 e 2002, tal taxa estabilizou-se em patamar elevado, acima de 20%. No terceiro subperíodo, 2003-2010, a tendência da taxa de desemprego foi de queda, de 22,7% para 12,7%. Subsequentemente, de 2011 a 2014, novamente presenciou-se pouca dinâmica relativa da TDT, oscilando entre 10,6% e 13,2%, quando anotou o menor patamar da série histórica. Por fim, o subperíodo de 2015 a 2021 marcou o retorno do crescimento nesse indicador, que passou de 11,6% para 15,9%, alcançando 21,6% (Gráfico 1).

⁴ O desemprego oculto se divide entre oculto por trabalho precário e oculto por desalento, cf. seção [4.3.2. Força de trabalho e desemprego](#).

3. PANORAMA DA ECONOMIA BRASILEIRA PÓS-1990

Abundam panoramas mais gerais da economia brasileira desde a década de 1990, ainda que escasseiem justamente em um de seus períodos mais conturbados, aquele inaugurado em 2015 com a pior crise econômica, social e política registrada nas últimas décadas pelo Brasil.

O desempenho do mercado de trabalho brasileiro, e o do Distrito Federal, em termos da ocupação, é determinado, em grande medida, pelo nível de crescimento econômico. Quanto mais aquecida a atividade econômica em termos de compra e venda de bens e serviço, investimento, exportação líquida etc., maior tende a ser a geração de emprego e menor é a taxa de desemprego (ver Apêndice - Gráfico 7).

Outras variáveis interferem na dinâmica do mercado de trabalho – por exemplo o arcabouço institucional que incide sobre o mercado de trabalho –, mas nenhuma é tão determinante como o crescimento econômico. Entre 1991 e 2020, o PIB⁵ do Brasil cresceu 2,14% ao ano, em média;⁶ as duas primeiras décadas do período foram de crescimento (1990s: 2,14%; 2000s: 3,68%, a.a., em média) e a última década de estagnação (2010s: 0,16% a.a., em média).

Para compreender os determinantes e condicionantes do desempenho da economia brasileira no período, consideraremos aspectos mais gerais da economia brasileira do período de análise, a começar pelas variáveis macroeconômicas fundamentais.

A **inflação**, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), foi reduzida para dois dígitos em 1995, após o Plano Real, seguindo com um dígito até o final da década de 1990.⁷ Desde então, não houve mais conjuntura de hiperinflação conforme pode ser observado na Tabela 5. O período mais recente da economia mundial tem alçado a inflação ao centro das atenções das autoridades monetárias dos países, visto que a conjuntura da pandemia da Covid-19 e dos conflitos geopolíticos acirrados no leste europeu tem levado a aumento de preços de diversos bens, fundamentalmente por pressões de custos com destaque da questão energética nesse quesito.

No Brasil, a inflação também voltou a crescer, atingindo a casa de dois dígitos em 2021, algo que havia ocorrido pela última vez com a deflagração da crise econômica e política de 2015-2016. Esses números dão força à tese de que 2015-2021 foi um período conturbado da economia brasileira.

A taxa básica de juros da economia, a **Taxa Selic**,⁸ é o instrumento de política monetária por excelência do Banco Central (BC), órgão estatal responsável pela observação da meta para a Selic, que é definida pelo Comitê de Política Monetária. O Brasil apresenta uma taxa de juros básica real historicamente bastante elevada na comparação internacional

⁵ Os dados do Produto Interno Bruto desta seção têm como fonte o Sistema de Contas Nacionais do IBGE.

⁶ Sempre que nos referirmos à média em contexto de crescimento intertemporal, trata-se de média geométrica.

⁷ Os dados do INPC desta pesquisa foram retirados do IPEADATA, que utiliza como fonte o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC) do IBGE.

⁸ Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.

e, no período de análise, a taxa Selic fixada esteve em dois dígitos⁹ na maior parte do tempo (DE PAULA; BRUNO, 2017; HOLLAND, 2006).

A **taxa de câmbio**¹⁰ (reais/dólar estadunidense) é outra variável macroeconômica de suma importância para a dinâmica da economia. No Plano Real, a âncora cambial foi utilizada para conter a aceleração da inflação, porém gerando descompassos insustentáveis nas relações comerciais e financeiras com o resto do mundo no final da década de 1990.

A partir da adoção do câmbio flutuante (“sujo”), em 1999, o real tem sido uma das moedas nacionais com maior volatilidade (BORGES; NAKATANI, 2018; SICSÚ, 2020), apesar da grande acumulação de reservas internacionais obtida a partir dos anos 2000. Além da alta volatilidade, a desvalorização relativa da moeda nacional tem ocorrido de forma abrupta devido à tendência de *overshooting* (RAMOS, 2016), o que tende a tornar a economia vulnerável às oscilações dos ciclos de liquidez do capital internacional, fundamentalmente desde a abertura financeira da conta de capital ocorrida na década de 1990, em que pese ao alívio relativo da vulnerabilidade financeira em função das reservas internacionais acumuladas.

A **taxa de investimento**, componente do PIB sob a ótica da demanda e calculada a partir da razão entre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)¹¹ e o PIB, ambos a preços correntes, apresentou média de 18,1% no período 1995-2020, e foi o subperíodo 2011-2014 o de maior patamar médio, 20,5%, e, em contraste, o subperíodo 2015-2020 responde pela menor taxa de investimento, 15,8%. Em decorrência do fraco desempenho da FBCF no período, a **indústria de transformação** perdeu relevância no PIB; passou de 24,9%, em 1991, para 12,3% em 2020; a tendência de queda se inicia em meados da década de 1980, mas se acentua sobretudo após a estabilização monetária do Plano Real por meio da âncora cambial.

Tabela 1 - Economia brasileira: indicadores selecionados - 1992 a 2021

Subperíodo	Crescimento real do PIB (%)	IPCA (%)	Taxa de desemprego (%)	Transações correntes/PIB (%)	Balança Comercial/PIB (%)	Taxa de overnight/Selic (%)
1992 a 1994	3,4	1.372,6	7,0	0,4	3,0	1.921,0
1995 a 1998	2,5	9,4	8,1	-3,2	-0,8	33,5
1999 a 2002	2,3	8,8	10,1	-3,7	0,5	19,9
2003 a 2010	4,1	5,8	9,3	-0,5	3,1	14,7
2011 a 2014	2,3	6,2	7,0	-3,8	0,4	9,8
2015 a 2021	0,2	6,0	11,7	-2,6	2,1	8,7
1992 a 2021*	2,3	6,8	9,4	-2,1	1,6	15,7

Fonte: IBGE, BACEN e IPEA, via IPEADATA.

Elaboração: Os Autores.

(*) Para IPCA e overnight/Selic, média 1995 a 2021. Taxa de Desemprego: PNAD até 2012, PNAD Contínua a partir de 2013

⁹ Os dados referentes à taxa Selic desta pesquisa foram retirados do IPEADATA, que utiliza como fonte a seção Mercado Financeiro e de Capitais do Banco Central do Brasil.

¹⁰ Os dados referentes à taxa de câmbio desta pesquisa foram retirados do IPEADATA, que utiliza como fonte a seção de Balanço de Pagamentos do Banco Central do Brasil.

¹¹ Os dados referentes à FBCF desta pesquisa foram retirados do IPEADATA, que utiliza como fonte o Sistema de Contas Nacionais do IBGE para cálculo. De acordo com o IBGE, a “A FBCF representa o valor dos bens duráveis adquiridos no mercado ou produzidos por conta própria e destinados ao uso, em unidades de produção, por período superior a um ano. Tem por finalidade aumentar a capacidade produtiva do país. A FBCF é, então, uma parcela do investimento que corresponde à quantidade de produtos produzidos não para serem consumidos mas para serem utilizados no processo produtivo nos anos posteriores” (IBGE, 2016).

Outro indicador que expressa o fraco desempenho do setor secundário no período é a **produção industrial** (em *quantum*), que, apesar da tendência de (lento) crescimento desde o começo da década de 1990 até 2011, a partir de 2012 estabiliza, até apresentar forte queda entre 2014 e 2016, seguido de nova estagnação até 2022. Desde 2015, até 2022, o nível de produção é cerca de 10% superior ao volume de 2002. Com isso, a indústria perdeu participação no PIB ao longo do tempo, com destaque negativo para a indústria de transformação, ao passo que o setor de serviços aumentou sua participação.

A partir dessas considerações mais gerais sobre as variáveis macroeconômicas selecionadas e a taxa de investimento, podemos sintetizar a conjuntura econômica de cinco subperíodos identificados como diferenciáveis ao longo dos 30 anos (1992-2021), ao enfocarmos a evolução do mercado de trabalho do Distrito Federal. Os subperíodos são aqueles indicados na seção anterior, a saber: 1) 1992-1998; 2) 1999-2002; 3) 2003-2010; 4) 2011-2014; e 5) 2015-2021.

1) 1992-1998

A década de 1990, do ponto de vista das políticas econômicas, é tida como uma década “liberal”, em contraste com as décadas anteriores (BASTOS; FERRAZ, 2021), estendendo-se, em certo sentido, até a primeira metade da década de 2000. Em linhas gerais, as reformas operadas na década visavam a reconfigurar o papel do Estado e a elevar a concorrência comercial e financeira, reduzindo as políticas de proteção nacional em uma economia mais aberta. De forma acelerada, foram implementadas políticas de abertura comercial, abertura financeira, privatização e desnacionalização, resultando em uma reestruturação produtiva considerável.

Ao longo do primeiro subperíodo, 1992-1998, o PIB cresceu 2,96% ao ano e a inflação foi controlada, partindo de quatro dígitos, em 1992 (INPC 1.149%), chegando a dois dígitos, em 1995 (INPC 22%). A âncora cambial, que havia sido possibilitada por uma conjuntura de dólar abundante, foi o pilar central do Plano Real que estabilizou a moeda doméstica e proporcionou capital político para os idealizadores do plano, pelo menos até o final da década.

Com a inflação controlada e o real sobrevalorizado, a partir de 1995 o país começou a registrar déficit na balança comercial, na ordem de 6,7 bilhões de dólares ao ano, em média, entre 1995 e 1998, como resultado do crescimento das importações acima do crescimento das exportações, compatível com a abertura comercial realizada a partir dos primeiros anos da década de 1990, ainda nos governos Collor e Itamar Franco.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, a taxa de desemprego aberto¹² média do subperíodo foi de 7,12%, com crescimento a partir de 1996, chegando a 9,42% no último ano, em 1998, diante da deterioração do cenário econômico. O salário mínimo atingiu seu menor patamar da série histórica em 1992, 82% do valor apurado em 1990, em termos reais, para recuperar-se gradualmente até 1998 quando atingiu 121% no mesmo comparativo.

Assim, ao final do subperíodo, com ameaça de novas crises de balanço de pagamentos – concretizada, no momento seguinte – e cenário externo desfavorável, refletindo as crises asiática, argentina e da bolsa NASDAQ, dos Estados Unidos, a economia desacelerava e o desemprego crescia.

¹² Nesta seção, os dados referentes ao mercado de trabalho são oriundos da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) e Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNADC), do IBGE.

2) 1999-2002

O subperíodo seguinte, 1999-2002, corresponde a uma conjuntura dramática da economia brasileira, indicando o esgotamento do sucesso do Plano Real, em que os efeitos deletérios do câmbio sobrevalorizado já não podiam mais ser sustentados, e o cenário externo se agravava.

O PIB desacelerou, registrando taxa anual de crescimento de 0,69% no período, refletindo na deterioração do mercado de trabalho, com elevação da taxa de desemprego aberto para 9,69%, em média. A inflação, que parecia controlada, voltou a subir em 1999 quando o IPCA¹³ alcançou aproximadamente 9%, reduziu-se entre 2000 e 2001, mas voltou com força em 2002, atingindo 12,53%, no mesmo indicador, movimento em certa medida associado à conjuntura política do então novo candidato eleito à presidência naquele ano - Lula.

Com isso, o Banco Central elevou a Selic de 19% a.a., em 2001, para 25% a.a., em 2002, reprimindo ainda mais a demanda em uma economia que já se desacelerava. A partir de 1999, o arcabouço macroeconômico foi modificado, consolidando-se o *tripé macroeconômico* vigente até os dias de hoje, composto por: 1) regime de metas de inflação; 2) metas de superávit primário anual; e 3) taxa de câmbio flutuante com possibilidades de intervenção do Banco Central.

Assim, a âncora cambial foi abandonada e o real desvalorizou-se, o que produziu um efeito positivo na balança comercial, cujo saldo negativo foi revertido a partir de 2001 e, desde de 2002, seu superávit passou a ser expressivo, inaugurando uma sequência de bons resultados comerciais com o resto do mundo (ver Apêndice - Gráfico 8).

3) 2003-2010

O terceiro período, 2003-2010, corresponde ao melhor momento econômico do país nos trinta anos analisados e pode ser segmentado analiticamente em três fases (BARBOSA, 2013; SINGER, 2010). Na primeira fase, entre 2003 e 2005, houve uma grande continuidade do manejo da política macroeconômica do período anterior, com elevação do superávit primário de 1,9% do PIB a.a., na média de 1999-2002, para 2,5% a.a., na média do triênio 2003-2005, reforma da previdência do funcionalismo público mais bem remunerado e elevação da taxa Selic, culminando na redução da inflação (7,5%, em média no triênio) e da dívida líquida do setor público¹⁴ (de 60%, em 2002, para 48% em 2005).

Apesar da política econômica contracionista, os programas de transferência de renda (Fome Zero, Bolsa Família) e o aumento real do salário mínimo já se faziam presentes naquele momento. No setor externo, a balança comercial melhora, substancialmente, em razão do impulso de crescimento asiático, em particular da China, que implicava aumento dos preços das *commodities*, de modo que as exportações crescem 97% entre 2002 e 2005 (de 60 para 118 bilhões de dólares) acima do aumento das importações, 57%, (de 47 para 74 bilhões de dólares, no mesmo período). Assim, o triênio encerrou-se com crescimento do PIB com média 3,3% a.a. e com taxa média de desemprego aberto de 9,6%, com viés de baixa.

Na segunda fase, entre 2006 e 2008, o crescimento acelerou, com o PIB aumentando 5,1% a.a., ao mesmo tempo em que a inflação caiu para 4,5% a.a., na média

¹³ Os dados do IPCA desta pesquisa foram retirados do IPEADATA, que utiliza como fonte o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC) do IBGE.

¹⁴ Os dados de dívida pública (líquida ou bruta) desta pesquisa foram retirados do Banco Central do Brasil.

do período. As políticas monetária e fiscal assumiram caráter mais expansionista e a economia expandiu-se, puxada pelo investimento que cresceu a 12,4% a.a., em média, e pelo consumo, 6,1% a.a., além do estímulo externo do boom das *commodities*.

Embora o gasto público tenha-se expandido, o crescimento da economia elevou a receita tributária do governo, de modo que o superávit primário no período permaneceu estável (2,4% do PIB, em média) em comparação com o período anterior (2,5% do PIB, em média).

Assim, com a taxa Selic anual média em 8,3% a.a. (3,6% a. a., em termos reais), o mercado de trabalho aquecido (taxa de desemprego aberto é reduzida para 8,1%, na média do triênio) e o crédito para consumo expandindo, cada vez mais famílias encontravam melhores condições de ampliação do consumo. As políticas de combate à pobreza e transferência de renda continuaram a ser ampliadas, favorecendo esse movimento. O salário mínimo cresceu 14% em 2006, em termos reais, e, a partir de 2007, foi instituída outra regra para seu reajuste, em que se considerava a correção da inflação do ano anterior acrescida do aumento do PIB dos dois anos anteriores, garantindo, assim, o reajuste real. Como destaca Medeiros:

Diante da alta do nível geral de emprego em relação ao crescimento da população economicamente ativa, o salário mínimo agiu tanto como um farol irradiando-se para a determinação da renda do trabalho assalariado nas atividades informais como um fator de propulsão para as rendas derivadas do trabalho autônomo (MEDEIROS, 2015, p. 17).

A terceira fase, 2009-2010, singulariza-se pela reação de política econômica em face da crise financeira internacional, deflagrada em fins de 2008. Dessa forma, foram adotadas políticas anticíclicas de sustentação da demanda agregada, tais como uso de bancos públicos para garantir o crédito, aumento da liquidez dos bancos e redução da taxa Selic, continuidade de valorização do salário mínimo e de expansão das políticas de transferência de renda, desonerações fiscais ao setor produtivo (redução do IPI sobre automóveis e outros bens de consumo duráveis), criação de duas faixas de imposto de renda pessoa física (desoneração da classe média), lançamento do programa de habitação Minha Casa Minha Vida (setor intensivo em trabalho), fortalecimento do BNDES para financiamento de longo prazo em infraestrutura e capital de giro para médias e pequenas empresas, entre outras medidas.

Por isso a desaceleração do PIB para 0,9%, em 2009, foi seguida de uma rápida e contundente recuperação no ano seguinte quando a economia cresceu 7,5%. Como era de se imaginar, o estímulo incisivo do Estado implicou redução do resultado primário, que esteve em 1,3% do PIB no biênio, em média. A taxa de desemprego aberta, que apresentava tendência de queda desde 2004, subiu de 7,3%, em 2008, para 8,5% em 2009, mas já voltou à tendência de redução a partir de 2010, sequência essa que durou até 2015 quando irrompeu a crise econômica que deu início ao último subperíodo analisado.

Deste modo, no período 2003-2010, a melhoria do cenário externo – elevação favorável dos termos de troca da economia brasileira em relação aos outros países, associada à expansão da economia chinesa – propiciou a redução da vulnerabilidade financeira (acúmulo de reservas em moeda forte) e impulsionou o crescimento interno, que se deu via aumento do investimento e do consumo (BARBOSA, 2013).

No decorrer dos anos nesse período, verificou-se uma combinação virtuosa entre ações de redução da pobreza, aquecimento do mercado de trabalho com criação de empregos formais e ampliação do acesso ao crédito, levando à redução da desigualdade e expansão do consumo doméstico, o que pode ser lido como um processo de inclusão social com crescimento econômico (BALTAR; SOUEN; CAMPOS, 2018).

Não obstante a taxa de câmbio sobrevalorizada decorrente da elevação substancial da exportação líquida no período, a competitividade da indústria nacional sofreu, indicando que, embora o volume de produção industrial não tenha decrescido, a pauta exportadora e a complexidade dos produtos envolvidos já apresentavam sinais de vulnerabilidade da indústria nacional (GONÇALVES, 2012).

4) 2011-2014

A economia do quarto subperíodo, 2011-2014, reflete a tentativa de instituir um “novo modelo” econômico em face do esgotamento do ciclo de crescimento do período anterior. A continuidade da mobilidade social e da redução da pobreza apresentava certos limites ao final da década de 2000, uma vez que a melhoria da distribuição de renda perdia velocidade, a ampliação dos programas de transferência de renda era restringida pelo quadro fiscal vigente, o endividamento das famílias dificultava a expansão do consumo e uma parte do investimento induzido era impactada por vazamento externo de demanda de bens de capital e bens intermediários (CARNEIRO, 2018).

Diante deste quadro, o “novo modelo” econômico adotado se inspirava no *nacional desenvolvimentismo*, podendo ser tratado como um *ensaio desenvolvimentista*, ao qual correspondia uma “nova matriz macroeconômica” em que se buscou reduzir a taxa de juros e reduzir o *spread* bancário por meio da instrumentalização dos bancos públicos e implementar controle de capitais para reduzir a volatilidade da taxa de câmbio e depreciar o real com o objetivo de torná-lo mais adequado para a competitividade da industrial nacional.

Além disso, no *ensaio* foram adotadas políticas de proteção ao produto nacional; o BNDES foi fortemente capitalizado para financiar investimento e capital de giro das empresas; foram desonerados folha de pagamentos e outros tributos para incentivar o investimento autônomo do setor privado; reformou-se o setor elétrico para reduzir o custo da energia e tornar a indústria mais competitiva; investiu-se em infraestrutura, sobretudo em logística e expandiu-se o investimento em petróleo e gás sob a liderança da Petrobrás.

Apesar de todas essas iniciativas, o ensaio desenvolvimentista fracassou em acelerar a economia, de modo que o PIB cresceu somente 2,34% a.a. no período, e que no último ano, 2014, a desaceleração da atividade econômica era notória, e a inflação apresentava sinais claros de elevação, mesmo com diversos preços controlados (em particular, os preços de energia que após o relaxamento do controle geraram choques econômicos), resultando em uma política monetária mais restritiva que marcava o fim da *nova matriz macroeconômica*.

A desvalorização do real, o período de juros reais reduzidos, a brutal desoneração e o crédito subsidiado não foram suficientes para induzir o investimento autônomo do setor privado e reverter o processo de especialização produtiva em curso; ao contrário, o governo perdeu o apoio do empresariado ao qual direcionava o *ensaio desenvolvimentista* (SINGER, 2015).

Assim, em 2014, o quadro fiscal piorava consideravelmente, uma vez que os estímulos adotados pelo governo reduziram a arrecadação e não encontraram efeito compensatório no crescimento econômico, resultando, portanto, em déficit primário a partir desse ano e elevação da relação dívida pública/PIB. Mesmo com a economia apresentando dificuldades ao final do período, o mercado de trabalho mostrou-se resiliente, e a taxa de desemprego aberto manteve-se em patamares bastante reduzidos durante os quatro anos, menos de 7% da força de trabalho, em média.

5) 2015-2021

De 2015 a 2021 a economia brasileira sofreu sua maior crise desde a redemocratização (ou mais). Circunscrito por crises econômica, política e sanitária, esse período é marcado por deterioração de praticamente todos os indicadores econômicos e sociais, embora não de forma linear. A crise econômica de 2015-2016 é o ponto de partida, quando a desaceleração verificada no período anterior é enfrentada de forma abrupta com uma política macroeconômica fortemente contracionista, com desindexação de preços controlados pelo Estado (energia e combustíveis), corte de gastos e elevação da taxa de juros.

O objetivo do ajuste econômico era recuperar a “confiança do mercado” e ancorar as expectativas dos agentes em torno de uma política macroeconômica mais previsível, visando, também, a manter o “grau de investimento” atribuído por agências de *rating* (CARNEIRO, 2018).

Como resultado, a economia decresceu 3,6% em 2015 e 3,3% em 2016; o resultado primário tornou-se ainda mais deficitário do que 2014, atingindo, como proporção do PIB, -1,9%, em 2015, e -2,5% em 2016; a dívida pública bruta passou de 56,4% do PIB, em 2014, para 65,5% e 69,9% nos anos de 2015 e 2016, respectivamente; há piora da situação financeira das empresas privadas, com elevação da relação dívida líquida/EBITDA, em função do choque de juros e depreciação do câmbio; a taxa de desemprego aberto aumenta substancialmente, de 6,66%, em 2014, para 11,6%, em 2016, na média anual.

O cenário dramático na economia se combina com uma profunda crise política, que culmina no afastamento da presidente eleita, Dilma Rousseff, que é sucedida por Michel Temer. A partir do novo governo, em 2016, a agenda econômica ortodoxa é adotada explicitamente, com destaque para reformas estruturais que afetam diretamente as despesas do Estado, os custos das empresas e a situação das famílias e trabalhadores, como são os casos das reformas trabalhista (2017) e previdenciária (2019), esta última, embora articulada no governo Temer, foi aprovada já no governo Bolsonaro.

A condução da política monetária conservadora buscava ancorar as expectativas dos agentes sobre a inflação, ao passo que a política fiscal adotou o “teto dos gastos” do Estado para controlar a trajetória de crescimento da dívida pública, reduzir inflação e promover uma “contração fiscal expansionista”, de acordo com seus formuladores (OREIRO; DE PAULA, 2019).

Entre 2017 e 2019, o PIB avançou a 1,1% a.a., conformando um cenário de estagnação econômica que mostrou dificuldades em retomar uma dinâmica de crescimento robusto com geração de emprego e renda. Com efeito, a média da taxa de desemprego aberto manteve-se elevada no triênio, correspondendo a 12,3% da população economicamente ativa.

Em 2020, com o advento da crise sanitária da epidemia da Covid-19, a economia entrou em recessão no mundo todo. O comércio internacional sofreu impacto severo, bem como a dinâmica interna de compra e venda de bens e serviços modificou-se. Esse movimento levou os governos nacionais a adotarem medidas de expansão da assistência à saúde, de sustentação da demanda agregada via transferência de renda, ampliação do crédito e desoneração de encargos tributários, de ampliação da liquidez de empresas e, sobretudo, dos bancos e outros atores financeiros, de manutenção dos vínculos de emprego, entre outros.

No Brasil, diversas políticas dessa natureza foram adotadas, com destaque para o *Auxílio Emergencial*¹⁵ e para a redução a valores inéditos da taxa de juros nominal que, associada a uma inflação extraordinariamente baixa, derrubou também as taxas de juros reais, em linha com a política dos bancos centrais ao redor do planeta. Em simultâneo, as restrições sanitárias impostas, particularmente de restrição à locomoção e aglomeração, forçaram a redução do nível de atividade de maneira inédita. Em 2020, no Brasil, houve queda de 3,3% do PIB nesse contexto. A política de sustentação de demanda, o relaxamento das restrições de saúde e um natural efeito de ricochete refletiram em 2021, quando se anotou expansão de 4,6% na produção de bens e serviços finais.

Entretanto, mesmo com a possibilidade aberta de suspensão do “teto de gastos” orçamentário, a opção do governo de turno foi de não conceder aumentos reais para o salário mínimo, bem como restringir os reajustes ao funcionalismo público e manter o virtual congelamento de contratações. Com efeito, em todo o período a partir de 2015, deixou de ser aplicada a regra de reajuste real do salário mínimo que era operacionalizada desde 2007.¹⁶

A taxa de subutilização da força de trabalho escalou para valores próximos aos 30% da população economicamente ativa do segundo trimestre de 2020 (STOCCO; BORGES, 2020) até o segundo trimestre de 2021 (IBGE, 2022), muito maior que nos momentos mais graves do início da atual fase depressiva em 2015.

¹⁵ O Auxílio Emergencial e os programas de transferência de renda que se seguiram no momento agudo da crise sanitária e econômica entre 2020 e 2021 constituem a experiência nacional mais grandiosa em relação ao volume de recursos transferidos e total de população contemplada, em um curto período. Com efeito, essa experiência é um marco relevante no combate à pobreza e produziu efeitos sobre o redimensionamento dos programas de transferência de renda existentes, como o Bolsa Família.

¹⁶ A regra de reajuste real do salário mínimo já referida neste artigo passou a vigorar como lei em 2012 (Lei nº 12.382), estabelecendo que o salário mínimo seria corrigido automaticamente a cada ano de acordo com a variação do INPC do ano anterior e o PIB dos últimos dois anos. Em 2019, a lei não foi renovada pelo governo Bolsonaro. Entre 2016 e 2018, o salário mínimo foi corrigido apenas pela inflação, tendo em vista a desaceleração da economia e, de forma mais grave, sua retração em termos de Produto Interno Bruto. Entre 2019 e 2021, não houve aumento real do salário mínimo (DIEESE, 2018; WELLE; BASTOS; FURNO, 2022).

4. TRÊS DÉCADAS DE MERCADO DE TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL

Nesta seção, analisaremos de forma mais detida os dados do mercado de trabalho do Distrito Federal sob o prisma da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-DF). Antes, porém, apresentaremos: i) uma breve descrição da harmonização da pesquisa diante das mudanças metodológicas ocorridas ao longo das três décadas (4.1); e ii) teceremos algumas considerações acerca da relação entre o nacional (Brasil) e o local (DF) (4.2).

4.1. Encadeamento das séries temporais da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED

A PED-DF é um levantamento contínuo que acompanha as condições de engajamento da População em Idade Ativa local no mercado de trabalho, realizado por meio de aplicação de questionários individuais aos moradores de domicílios selecionados das Regiões Administrativas que compõem o Distrito Federal. Trata-se de uma metodologia desenvolvida pelo Dieese e pela Fundação Seade de São Paulo, na década de 1980, mas em constante atualização e, inclusive antes do reconhecimento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e das estatísticas oficiais do Brasil, já assinalava a complexidade do mundo do trabalho.

O que definem a singularidade metodológica da PED são a combinação entre a forma de execução, o questionário (concepção de mercado de trabalho) e o desenho amostral. A forma de execução torna a pesquisa uma plataforma para investigação regional de temas socioeconômicos pontuais e temporários, com qualidade metodológica e estatística. O questionário está ajustado à natureza flexível, heterogênea e desigual das relações produtivas, estruturais no Brasil e emergentes na atualidade das economias ocidentais. A amostra domiciliar atende a sub-regionalizações do Distrito Federal e oportuniza detalhamentos sobre a situação de grupos populacionais e sociais de interesse da política pública, com segurança e coerência estatística ao longo de três décadas.

Neste artigo, trata-se de forma inédita o conjunto de dados da PED-DF a partir do encadeamento dos 30 anos da base, que contou com três questionários básicos diferentes (1992 a 2016; de 2016 a 2017; e a partir de 2018), sem que a captação das variáveis-chave para construção de seus indicadores centrais tenha sido alterada; esta continuidade deriva da forma de atualização adotada pela metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Além disso, a pesquisa contou com dois planos amostrais, devido a redefinições da sub-regionalização do Distrito Federal, mas foi providenciada uma transição entre eles – entre maio e agosto de 2016 -. Isto quer dizer que foi executado um campo simultâneo no Plano Amostral Antigo e Plano Amostral Atual.

Para o encadeamento das séries da PED-DF foi necessário: 1) compatibilizar as duas propostas de regionalização das Regiões Administrativas do DF que deram base aos respectivos planos amostrais da PED, a adotada entre 1992 a 2016 e a concebida a partir de 2016; 2) calcular, por interpolação, as estimativas populacionais do IBGE (População Total e População com 14 anos e mais) para cada uma das propostas de regionalização das

Regiões Administrativas do DF;¹⁷ e 3) reorganizar as bases de microdados e reprocessar os dados anuais da PED-DF entre 1992 e 2001.

4.2. Relação entre o quadro nacional e o Distrito Federal

A conjuntura econômica do Distrito Federal ao longo do período é bastante dependente do desempenho mais geral da atividade econômica nacional e particularmente sensível à dinâmica da política fiscal nacional. É proveitoso, antes de passar à análise quantitativa e relacional do mercado de trabalho, destacar quais são os canais mais importantes que interconectam tais dimensões: a economia brasileira (contexto nacional), a economia do Distrito Federal (contexto local) e o mercado de trabalho candango. Assim, produz-se esse exercício, sujeito às limitações do escopo e extensão do trabalho, para, na sequência, destrinchar eventos e dinâmicas importantes da dinâmica econômica candanga.

Vários são os canais de interligação entre o quadro, estrutura e dinâmica nacionais, e o marco sub-regional. Em linhas gerais, parece válido dividi-los em três categorias. A primeira refere-se aos moldes jurídicos formais, constrições do pacto federativo constituinte das unidades federativas e a União republicana, bem como mudanças estruturais nesses marcos. Nesta dimensão, localizam-se o próprio papel e razão de ser do Distrito Federal ('marca indelével', em mutação como mostraremos, uma vez que o DF não é mais apenas a unidade pensada para desempenhar funções administrativas federais).

O marco da Constituição de 1988 e sua característica de descentralização frente aos moldes anteriores provocaram alterações no tempo entre deveres e direitos federal e sub-regionais, em um rearranjo recorrentemente de tensões pela pugna de ajustes entre obrigações e recursos ou poder para atendê-las, bem como interesses variados de acordo com a orientação das elites governantes de turno. Vale notar, a Constituição de 1988 ampliou o papel do Estado, o que impactou sua organização nos anos subseqüentes, uma vez que gerou um aumento em seu tamanho para enfrentar as responsabilidades estabelecidas na Carta.

Ainda nesta dimensão, colocam-se as reformas e contrarreformas estruturais. Desde a década de 1990, o país assistiu a diversas, e, em várias frentes, particularmente, por diversas vezes, a previdência, a trabalhista, a bancária, de 'responsabilidade fiscal', com impactos diretos e evidentes para o cenário das relações de trabalho locais.

Basta pensar nas mudanças como a instituição do trabalho intermitente, mais recente, ou o impulso a formas de "pejotização" como os Microempreendedores Individuais (MEI) para captar rapidamente a relevância das constrições desta natureza (BORGES; STOCCO; CAMPOS, 2021; KREIN; TEIXEIRA, 2021).

Em uma segunda categoria, pode-se dividir os elementos de ordem de política econômica nacional. Do ponto de vista especial, e magnificado para o DF, da política fiscal, por exemplo, é fácil perceber que austeridade e expansão federais redundam em impactos praticamente imediatos na administração pública federal – defesa, relações exteriores, política social (educação, saúde, assistência etc.) –, da qual, boa parte concentra-se na capital, e mesmo no caso de empresas estatais, haja vista várias sedes ou centros de importância institucional possuírem assento na região.

A política monetária tem impacto sobredeterminante sabido, tanto mais quanto se mantenha ou eleve a patamar hierarquicamente único as despesas financeiras, ao ponto das limitações advindas da implementação gradual de reformas estruturais (categoria

¹⁷ Para mais detalhes, ver Nota Técnica (DIEESE, 2022).

anterior) nas possibilidades de pagamento e reajuste de servidores, mas também na medida do incentivo ou freio a atividades produtivas que gerem empregos em outras searas para além da administração pública.

Do ponto de vista creditício, aliás, política já conectada à política setorial-industrial, a capacidade regional dependerá dos meios próprios disponíveis; no caso em pauta, o DF manteve seu banco estadual, o Banco (Regional) de Brasília, matizando a dureza da transmissão pelo canal creditício.

Políticas industriais de outras naturezas também podem trazer impacto relevante. Basta lembrar, por exemplo, da política de desoneração da folha de pagamentos no bojo das respostas à crise de 2008, mencionada na seção anterior, de especial impacto para uma economia organizada em torno do setor terciário como o DF (ver próxima seção).

Política social federal está vinculada a recursos humanos próprios, como se acaba de remarcar. A política salarial nacional, por sua vez, não pode deixar de ser mencionada, como se verá na seção dedicada à evolução dos rendimentos do trabalho na região. Nesta segunda categoria, até mesmo a Política Externa, ao facilitar fluxos de capitais externos ou impor restrições ou facilidades a exportações e importações, no caso do DF profundamente importador, tem o poder de impactar no nível de atividade e emprego.

Por fim uma terceira categoria, que praticamente não será abordada neste ponto, refere-se à própria tessitura das relações inter-regionais, essência de um mercado interno nacional e com uma divisão regional de trabalho própria. Impulsos ou restrições de outras regiões, tais como sobreoferta ou escassez de produtos se desdobram em respostas das relações comerciais interestaduais à produção e consumo locais. Mas a pugna por espaço e capacidade de desenvolver projetos locais também cobrará seu preço, a exemplo da guerra fiscal, em termos de abrir ou fechar campos de produção e trabalho.

4.3. Atividade do mercado de trabalho

4.3.1. População em idade ativa

Entre 1992 e 2021, a população do DF cresceu aproximadamente 89%; passou de 1,64 milhão de habitantes para 3,09 milhões. Em média, a unidade federativa apresentou um crescimento populacional anual de 53,8 mil pessoas ou 2,14% a.a. no período. Como apontam Zavaski *et al.* (2014), a ideia de uma capital (Brasília) projetada para uma população de 500 mil habitantes, que cumprisse funções exclusivamente político-administrativas, não encontra mais lastro na realidade há muito tempo. Nas últimas três décadas, o afastamento de tal ideal foi ainda mais acentuado.

Nesse período, o crescimento populacional não ocorreu de modo linear e pode ser apreendido analiticamente em três momentos. De 1992 a 2000, a população cresceu à taxa média anual de 2,52%; entre 2001 e 2010, a taxa caiu para 2,28% a.a.; e, entre 2011 e 2021, ocorreu desaceleração maior, resultando em uma taxa de crescimento populacional de 1,31% a.a. Percebe-se um refreamento do crescimento ao longo dos três subperíodos indicados, com o último período marcado por duas profundas crises (2015-2016 e 2020-2021) econômicas, sociais, políticas e, no caso da segunda, também sanitária (pandemia).

Essas crises têm impactos direto sobre as condições sociais materiais de reprodução das famílias e dos trabalhadores, portanto muito provavelmente contribuíram para a desaceleração do crescimento da população no Distrito Federal, ainda que a economia da região tenha-se mostrado menos reativa às variações da economia nacional (SCHLABITZ, 2019).

A População em Idade Ativa (PIA), composta por indivíduos com 14 anos ou mais, cresceu aproximadamente 125% entre 1992 e 2021; passou de 1,1 milhão de pessoas para 2,5 milhões, correspondendo à taxa média anual de crescimento de 2,73%. Esse crescimento foi mais acelerado que o crescimento populacional, indicando que o aumento da população no DF está associado ao aumento da idade média das pessoas, provavelmente pela combinação da mudança do perfil demográfico e da migração de força de trabalho, cuja intensidade de fluxos advindos da periferia metropolitana de Brasília em direção ao DF é bastante marcante, superando o volume de 200 mil pessoas por dia em 2020 (SCHLABITZ; FIGUEIREDO; COITINHO, 2021).

Com efeito, a decomposição dos dados da PIA evidencia o avanço das faixas etárias superiores em relação às faixas etárias mais jovens (Gráfico 1). Em 1992, cerca de 47% da PIA estava na faixa de jovens (15 a 29 anos), participação essa que caiu para 28,1% em 2021. Entretanto as faixas de 30 a 59 anos e acima de 60 anos passaram de 43,6% para 52,5% e de 6,2% para 17,8%, respectivamente, no mesmo período.

O crescimento mais acelerado da PIA em relação ao da população total implica, por definição, aumento da taxa de atividade, obtida pela divisão da PIA pela população total em determinado período. Como pode ser observado no Apêndice - Gráfico 9, a taxa de atividade passou de pouco menos de 70%, na primeira metade da década de 1990, para mais de 80% após 2017, chegando a 82% em 2021.

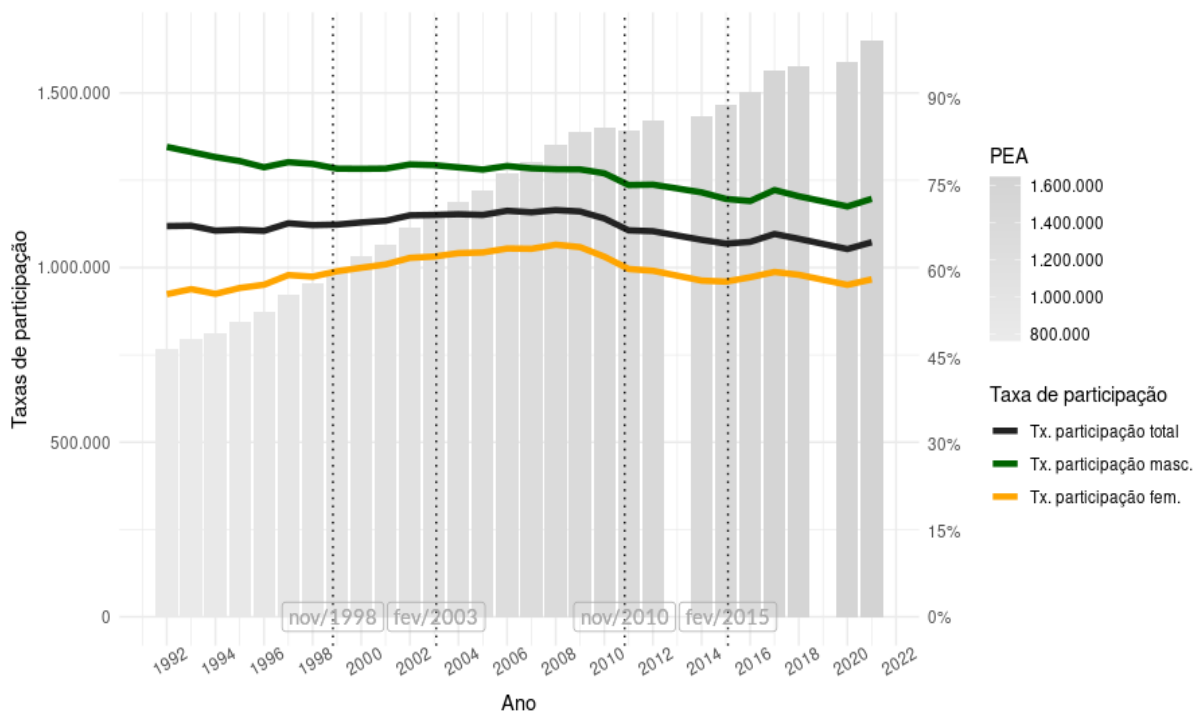
4.3.2. Força de trabalho e desemprego

Assim como a PIA, a População Economicamente Ativa (PEA), ou força de trabalho, mais que dobrou entre 1992 e 2021, registrando aumento de, aproximadamente, 118% no período, o que corresponde à taxa média de crescimento de 2,63% a.a. A taxa de participação (PEA/PIA) do mercado de trabalho, por sua vez, oscilou entre 63,9% (2020) e 70,7% (2008) no período, com diferenças notáveis na análise por sexo: para as mulheres, essa taxa variou entre 56,1% e 64,7%, ao passo que para os homens, o mínimo e o máximo foram de 71,3% e 81,6%. Apesar de persistir uma diferença considerável em 2021 (14 p. p.) na taxa de participação entre homens e mulheres, verifica-se redução do patamar do *gap* desde o início da série, em 1992 (25,5 p. p.), até a segunda metade década de 2000, quando se estabiliza a redução entre as taxas, como pode ser observado no Gráfico 2.

A PEA, composta pelos ocupados e desempregados, revela bastante da dinâmica do mercado de trabalho em dado momento. A taxa de desemprego, que indica a fração de desempregados na PEA, pode aumentar em decorrência do ingresso (enquanto desempregados) no mercado de trabalho de pessoas que compõem a PIA e estavam inativas, caso esse movimento seja mais acentuado que a expansão da população ocupada. Esse caso ocorre, por exemplo, quando a situação econômica das famílias se agrava, impulsionando jovens, idosos e adultos que estavam fora da força de trabalho a se inserirem no mercado para complementarem a renda familiar, pressionando a taxa de desemprego enquanto não conseguem alocação ocupacional.

Ao mesmo tempo, a taxa de desemprego pode crescer caso ocorra um aumento do desemprego relativamente maior que a expansão da população ocupada, ou seja, pessoas desempregadas perdem suas ocupações e passam à condição de desemprego em proporção maior que a elevação dos postos de trabalho. Esses dois movimentos podem coincidir e frequentemente o fazem nas crises econômicas.

Gráfico 2 - População economicamente ativa (em milhares), taxa de participação por sexo (%), Distrito Federal, 1992-2021



Fonte: Convênio Dieese/Seade-SP/MTE-FAT/Setrab-GDF/Codeplan. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal
Elaboração: Os Autores.

No período 1992-2021, a PEA cresceu, em média, 2,63% a.a., ligeiramente menor que a expansão da população ocupada (2,52% a.a.) que passou de 641 mil para 1,35 milhão de pessoas. A diferença nos ritmos de crescimento da PEA e da população ocupada traduziu-se no aumento da desocupação (de 116 mil para 296 mil pessoas), cuja taxa de crescimento anual médio foi de 3,16% no período. Há diferenças, entretanto, no decorrer do período analisado, cujos movimentos podem ser observados no Gráfico 3.

Os subperíodos 1992-1998 e 2015-2021 apresentam o movimento descrito acima com mais intensidade, em que a população desempregada cresceu a taxas médias de 6,99% e 5,83% a.a., respectivamente; com menos intensidade, o desemprego também cresceu entre 1999 e 2002, a uma taxa média anual de 1,30%.

Tabela 2 - Taxa de crescimento médio anual PEA, PD e PO, Distrito Federal, 1992-2021

Subperíodo	População economicamente ativa	População ocupada	População desempregada total
1992-2021	2,63%	2,52%	3,16%
1992-1998	3,26%	2,49%	6,99%
1999-2002	3,07%	3,56%	1,30%
2003-2010	2,52%	4,03%	-4,22%
2011-2014	0,67%	0,79%	-0,20%
2015-2021	1,69%	0,94%	5,83%

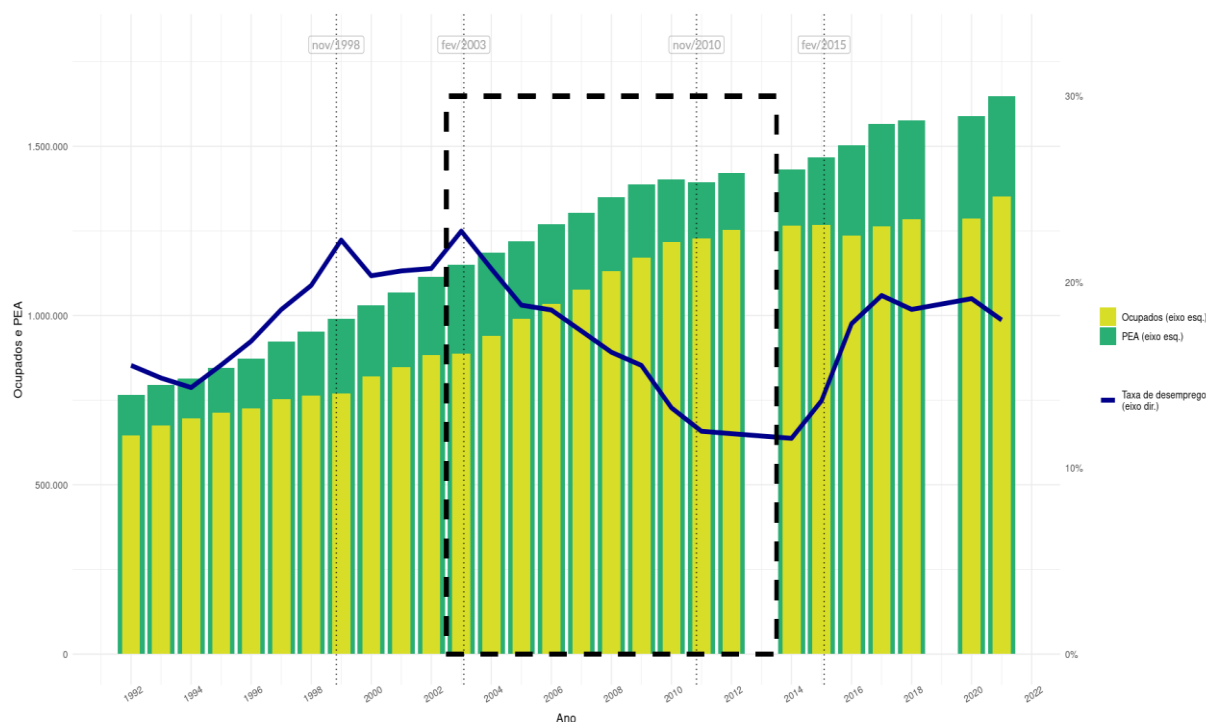
Fonte: Convênio Dieese/Seade-SP/MTE-FAT/Setrab-GDF/Codeplan. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal
Elaboração: Os Autores.

Porém o destaque na redução do volume de desempregados (média de -4,22% a.a.) foi o período 2003-2012, em que a População Ocupada (PO) aumentou de modo mais acelerado (4,03% a.a.) que a expansão da PEA (2,52% a.a.); ainda, entre 2011 e 2014, houve relativa estabilidade no crescimento da PEA e da PO, resultando em ligeira redução da população desempregada (-0,2% a.a.), preservando cenário de baixa taxa de desemprego.

A taxa de desemprego no Distrito Federal é estruturalmente elevada, inclusive quando considerado somente o desemprego aberto. Para Zavaski *et al.* (2014), a expressividade do setor público no DF e sua característica de geração de emprego em ritmo lento, associada ao tamanho diminuto da indústria e da agropecuária ajudam a explicar a pressão por geração de postos de trabalho no setor privado de serviços que não consegue responder ao crescimento da População Economicamente Ativa. Conforma-se, então, elevado padrão de desemprego na unidade federativa.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese oferece um tratamento importante na medição da população desempregada, distinguindo o desemprego aberto do oculto. No primeiro caso, seguindo as mensurações tradicionais de pesquisas amostrais do mercado de trabalho, o desemprego se refere ao total de indivíduos que está sem ocupação e procurou emprego na semana de referência. No entanto essa pode ser considerada apenas uma parte do desemprego, o aberto. Para obter o desemprego total, de acordo com a metodologia da PED, soma-se, ao desemprego aberto, o desemprego oculto, o que é composta por situações de trabalho precário e desalento.

Gráfico 3 - População ocupada, população economicamente ativa e taxa de desemprego total, Distrito Federal, 1992-2021



Fonte: Convênio Dieese/Seade-SP/MTE-FAT/Setrab-GDF/Codeplan. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal
Elaboração: Os Autores.

O desemprego *oculto por trabalho precário* ocorre quando o indivíduo está ocupado em trabalho irregular ou ocasional (precário) e gostaria de mudar de posto, tendo para isso procurado efetivamente trabalho nos últimos 30 dias ou, alternativamente, nos últimos 12 meses e com disponibilidade para trabalhar caso houvesse uma nova ocupação. O *desemprego oculto por desalento* se refere ao indivíduo sem ocupação que não procurou trabalho nos últimos 30 dias, mas o fez nos últimos 12 meses, com disponibilidade para trabalhar caso houvesse uma nova ocupação.

Entre 1992 e 2021, a taxa de desemprego total atingiu o maior nível em 2003, 22,71%, e o menor em 2014, 11,52%. A taxa de desemprego oculta por trabalho precário oscilou entre 1,32% (2018) e 4,50% (2003), ao passo que a taxa de desemprego por desalento esteve entre 0,74% (2021) e 3,62% (2004) no período.

Essas taxas apresentam patamares e amplitudes diferentes entre homens e mulheres, ainda que o movimento mais geral no período seja parecido. O nível da taxa de desemprego total e por desalento é maior entre as mulheres, enquanto para os homens é maior o da taxa de desemprego por trabalho precário conforme pode ser observado no Gráfico 4.

Os dados expressam parte das desigualdades estruturais de gênero no mercado de trabalho, tendo em vista que:

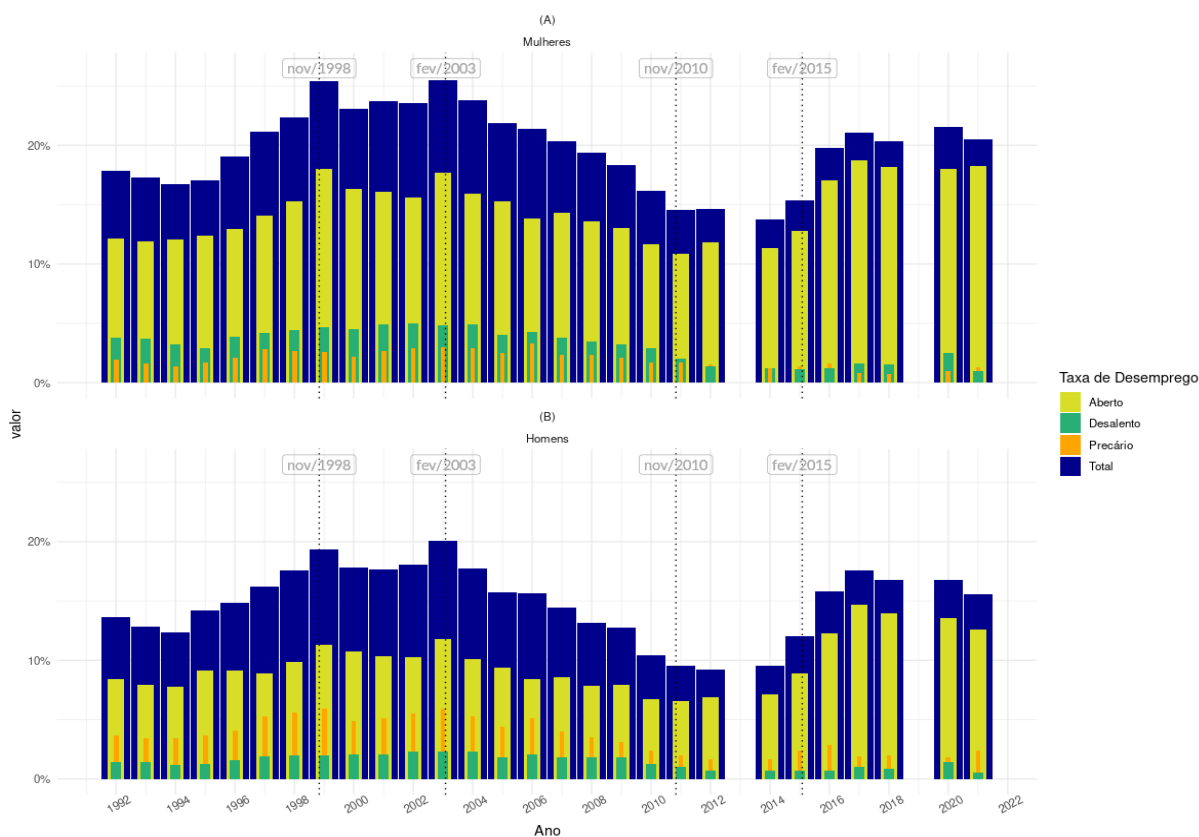
- i) a taxa de desemprego total para as mulheres esteve, em média, 5 p. p. acima da relativa aos homens no período;
- ii) a maior incidência da condição de desalento entre as mulheres indica a dificuldade que enfrentam para efetivamente procurarem emprego ao longo da trajetória de inatividade, o que provavelmente está relacionado à sobrecarga de trabalho reprodutivo (inclusive a manutenção dos domicílios);
- iii) a maior incidência do desemprego por trabalho precário entre homens aponta para a condição de que, em face de uma ocupação irregular ou ocasional, os homens conseguem se mobilizar para buscar outra ocupação em maior medida que as mulheres, inclusive procurando atender ao papel de “provedor” que marca seu papel socialmente estabelecido de gênero.

Na perspectiva etária, dois aspectos se destacam no mercado de trabalho do Distrito Federal nos últimos 30 anos. O primeiro, de caráter estrutural, refere-se à elevada taxa de desemprego entre os jovens (15-29 anos). Uma parte desses jovens está em idade escolar ou em formação (ensino médio, ensino técnico, ensino superior etc.), o que é esperado – e, a nosso ver, desejado –, portanto, uma elevada taxa de inatividade. Ao mesmo tempo, a elevada taxa de desemprego revela um contingente volumoso de jovens *buscando emprego e não encontrando*, expressando problemas mais gerais da economia brasileira.

Ainda, desde 2012, a tendência dos dez anos anteriores de queda da taxa de desemprego entre os jovens é revertida e atinge o pico da série em 2020 (35,8%). O segundo aspecto é a tendência de mudança na composição etária da população ocupada, no sentido de um “envelhecimento” mais acentuado que o observado na População em Idade Ativa (Gráfico 5).

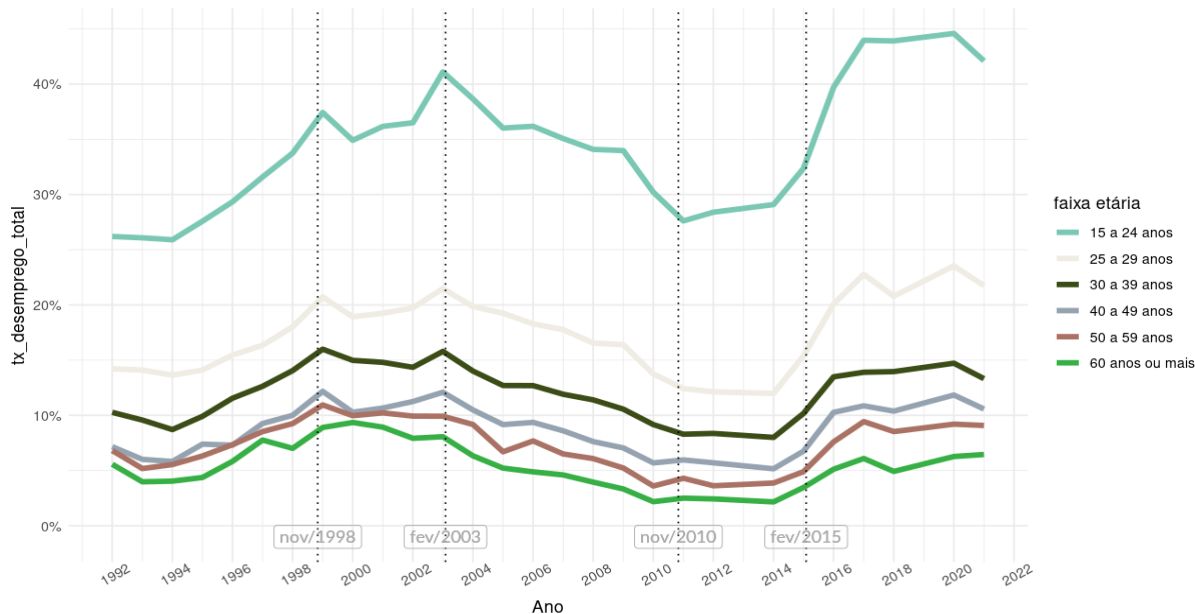
A participação de jovens no total da população ocupada reduziu-se pela metade entre 1992 e 2021, de 45,3% para 24,2%, ao passo que a população ocupada pertencente às faixas etárias superiores ganhou participação entre o total de ocupados, de 51,9% para 69,7% para aqueles entre 30 e 59 anos; e de 2,2% para 6% para as pessoas com 60 anos ou mais no mesmo período.

Gráfico 4 - Taxa de desemprego total, por trabalho precários e por desalento (%), Distrito Federal, 1992-2021



Fonte: Convênio Dieese/Seade-SP/MTE-FAT/Setrab-GDF/Codeplan. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal
Elaboração: Os Autores.

Gráfico 5 - Taxa de desemprego total (%), por faixa etária, Distrito Federal, 1992-2021



Fonte: Convênio Dieese/Seade-SP/MTE-FAT/Setrab-GDF/Codeplan. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal
Elaboração: Os Autores.

As condições do período mais recente apontam para o pior momento da série histórica do mercado de trabalho do DF em termos de taxa de desemprego entre os jovens. Uma preocupação da literatura que estuda os problemas de inserção de jovens no mercado de trabalho se refere ao “efeito cicatriz” que ocorre quando uma geração carrega consigo no longo prazo os efeitos adversos resultantes das condições negativas que enfrentou no período de entrada no mercado de trabalho (BRUNET; DE ANDRADE; CARDOSO, 2022).

Assim, a geração jovem do DF que tem-se inserido no mercado de trabalho desde o começo da década de 2010 poderá ser acompanhada por problemas mais persistentes no decorrer da sua vida produtiva adulta, em termos de vulnerabilidade, condição financeira de proteção em momentos de crise e capacidade de inserção em ocupações de maior qualidade, por exemplo. Destacamos, nesse sentido, a necessidade de pesquisas futuras investigarem a ocorrência e extensão do efeito cicatriz na geração de jovens do mercado de trabalho do Distrito Federal no período indicado.

4.3.3. Posição na ocupação

Uma das características centrais da economia do Distrito Federal é a elevada participação do setor público (SOUZA; MAIA; OLVEIRA, 2011), que se reflete no mercado de trabalho com um volume expressivo de assalariados estatutários e não estatutários do funcionalismo público.

Ao longo dos últimos 30 anos, esse traço ainda é marcante, porém perde importância relativa, tendo em vista a expansão dos trabalhadores autônomos e, sobretudo, dos assalariados do setor privado. Em 1992, aproximadamente 34% da população ocupada estava na condição de assalariado no setor privado e 30%, no setor público, ao passo que, em 2021, as proporções passaram para 47% e 22%, respectivamente.

Entre 1992 e 2021, os empregos no setor público, com efeito, continuaram aumentando (de 204 mil para 307 mil no período; 1,37% a.a.), entretanto o ritmo de crescimento dos assalariados no setor privado foi 2,6 vezes maior (3,56%), com destaque para o subperíodo 1992-2012, pois, a partir de 2014, houve uma relativa estabilidade e até mesmo momentos de ligeiras quedas do total de assalariados no setor privado.

A **posição na ocupação trabalhador autônomo** (ou trabalhador por conta própria) é uma modalidade de inserção no mercado de trabalho que tem sido bastante expressiva nos últimos anos, caracterizada por intermitências (períodos em que há mais demanda, menos demanda ou sem demanda alguma; oscilações abruptas no rendimento) e por escassos níveis de produtividade e qualificação do trabalho e elevado grau de informalidade que se manifesta, entre outras coisas, na diminuta proteção social, inclusive quando se trata do Microempreendedor Individual (MEI), política instituída em 2008, que avança na formalização do trabalho dos trabalhadores por conta própria.

Os trabalhadores autônomos no Distrito Federal cresceram à taxa média de 2,84% a. a. entre 1992 e 2021; passaram de 100.794 para 233.312, em números absolutos e de 14,9% para 16,9% na participação relativa do total de ocupados no período. Considerando os subperíodos identificados na análise de quebra estrutural por taxa de desemprego total, os dados da PED revelam um aspecto interessante da dinâmica de crescimento dos trabalhadores autônomos no DF: **os subperíodos de maior crescimento médio dos autônomos correspondem justamente àqueles de conjuntura mais desfavoráveis do mercado de trabalho**, de modo que em 1999-2002 e 2015-2021 ocorreu crescimento médio de 7,17% e 6,85% a.a., respectivamente (Tabela 3).

Tabela 3 - Taxa de crescimento médio anual da população ocupada por posição na ocupação, Distrito Federal, 1992-2021

Subperíodo	Assalariado setor privado	Assalariado setor público	Autônomo	Doméstico	Empresário
1992-2021	3,56%	1,37%	2,84%	-0,32%	1,74%
1992-1998	3,48%	0,29%	0,60%	0,95%	4,64%
1999-2002	4,88%	-0,12%	7,17%	0,60%	4,66%
2003-2010	4,95%	2,96%	2,01%	0,25%	1,97%
2011-2014	1,90%	-6,37%	0,20%	-4,76%	3,60%
2015-2021	1,10%	4,24%	6,85%	-0,81%	-3,27%

Fonte: Convênio Dieese/Seade-SP/MTE-FAT/Setrab-GDF/Codeplan. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal

Elaboração: Os Autores.

Por sua vez, o **trabalho doméstico remunerado** (mensalistas e diaristas) apresentou queda de 9,25% no total de ocupadas(os) entre 1992 e 2021; passou de 79.410 para 72.063. O pico do total de ocupadas na posição é em 2008 (101.099 pessoas) e o mínimo da série histórica ocorreu em 2014 (69.185 pessoas). No que se refere à participação relativa, o trabalho doméstico remunerado perdeu mais da metade de sua representação no conjunto de posições na ocupação, desde 1992 (11,7%) até 2021 (5,2%).

No subperíodo 2011-2014, houve a maior taxa de redução média anual, -4,76% (Tabela 3), o que pode ser resultado da combinação de um mercado de trabalho aquecido e a implementação da Emenda Constitucional nº 72, em 2013, que estabeleceu a igualdade de direitos trabalhistas entre trabalhadoras domésticas e os demais trabalhadores urbanos e rurais.¹⁸

4.4. Rendimentos do trabalho principal

Entre 1992 e 2021, o rendimento médio real do trabalho principal entre os ocupados no Distrito Federal cresceu 8,9%; passou de R\$ 3.466 para R\$ 3.775 a preços de novembro de 2021. Isso corresponde à taxa de crescimento real de 0,29% ao ano. Houve movimentos diversos no rendimento médio real do trabalho ao longo dos 30 anos no período analisado.

Em meio às oscilações da atividade econômica da década de 1990 e ao esforço de estabilização monetária, o rendimento médio do trabalho enfrentou perdas e ganhos reais, até que, a partir de 1999, consolidou-se a tendência de queda que se desenhava desde 1996, só interrompida quase em meados da década de 2000. Essa evolução refletia a conjuntura econômica nacional associada ao câmbio real sobrevalorizado, instrumento da estabilização monetária do Plano Real (“âncora cambial”).

Após a adoção do tripé macroeconômico em 1999, em meio às contrapartidas para obtenção de empréstimos do Fundo Monetário Internacional e superar a crise cambial, o real desvalorizou-se até a primeira metade da década de 2000 quando retornou à tendência de sobrevalorização estrutural, com picos de desvalorizações abruptas. Assim, entre 1999 e 2002, o rendimento médio do trabalho principal sofreu queda real de -5,06%, correspondente a um decréscimo médio de -1,29% ao ano.

A partir de 2003, iniciou-se um período de recuperação e crescimento da economia brasileira e, conseqüentemente, do mercado de trabalho, com expansão do salário mínimo

¹⁸ <http://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=EMC&numero=72&ano=2013&ato=285UTT61ENVpWT27c>

real.¹⁹ Essa tendência estendeu-se até meados da década seguinte quando a crise econômica e política de 2015-16 emergiu. Ressalta-se, contudo, que a desaceleração da economia já se apresentava em 2013, embora o mercado de trabalho tenha sido capaz de sustentar taxas relativamente baixas de desemprego por mais tempo.

No Distrito Federal, o rendimento médio do trabalho principal cresceu mais de 43,1% de 2004 a 2015, taxa média anual de 3,03%. O “pico” (ver Apêndice - Gráfico 13), em dezembro de 2015, ocorreu na consolidação da conjuntura econômica recessiva e pode ser interpretado como similar a uma “ilusão estatística” sobre o mercado de trabalho, uma vez que o rendimento médio é calculado somente entre os ocupados.

Geralmente, nos primeiros momentos da crise econômica como a deflagrada em 2015, as ocupações de menor rendimento são as primeiras cujos trabalhadores perdem seus postos, resultando, por alguns meses, uma população ocupada menor, porém com rendimento médio relativamente maior em comparação com o cenário anterior. Entre 2003 e 2010, o crescimento acumulado do rendimento médio real do trabalho principal (rmrtp) foi de 15,37% (1,8% a.a.), e entre 2011 e 2014, 4,98% (1,63% a.a.).

O último período a ser destacado na análise de 30 anos da PED-DF, 2015-2021, representa uma reversão do momento de dinamismo econômico anterior, marcado pelo encontro de duas das maiores crises da história da economia brasileira. Nele, o rendimento médio do trabalho principal recuou aproximadamente -7,21% ou -1,24%, em média, ao ano.

Tabela 4 - Crescimento do rendimento médio real do trabalho principal, subperíodos selecionados, Distrito Federal, 1992 a 2021

Subperíodo	Crescimento acumulado no Período (%)	Crescimento anual (%)	Taxa de inflação média anual (%) *	Gini Médio
1992-1998	2,08	0,30	15,6	0,569
1999-2002	-5,06	-1,29	10,6	0,556
2003-2010	15,4	1,8	7,15	0,561
2011-2014	4,98	1,63	10,7	0,542
2015-2021	-7,21	-1,24	7,09	0,536
1992-2021	8,91	0,29	7,62	0,554

Fonte: Convênio Dieese/Seade-SP/MTE-FAT/Setrab-GDF/IPE-DF. Preços de novembro de 2021, média móvel de 12 meses e observação do primeiro trimestre de 1992.

Elaboração: Os Autores.

(*) Conforme mensurado no inflator da PED-DF a partir de 1995.

4.4.1. Posição na ocupação

De acordo com os dados da PED-DF, em 2021,²⁰ no setor privado, a remuneração média do trabalho principal dos assalariados com carteira de trabalho (R\$ 2.319, cerca de 550.000 trabalhadores) era 31% maior que a dos assalariados sem carteira (R\$ 1.769, cerca de 180.000 trabalhadores). Esse diferencial era superior a 90% nos primeiros anos da década de 1990, antes do Plano Real, o que foi reduzido para 54% em 1998 e, progressivamente, até o menor patamar histórico, 2010-2011 quando a diferença oscilou entre 6% e 7%.

¹⁹ O crescimento real do salário mínimo está associado à exitosa política de valorização do salário mínimo instituída a partir de 2005, que considerava a reposição da inflação do ano anterior e o ritmo de crescimento do PIB dos dois anos anteriores no cálculo de reajuste. Com essa política, o salário mínimo registrou aumento real de mais de 70% entre 2005 e 2014 (CALIXTRE; FAGNANI, 2018); sofreu com a crise de 2015-2016, até que a regra foi abandonada a partir de 2020.

²⁰ Média móvel anual encerrada em novembro de 2021.

Considerando os 30 anos analisados, houve uma redução de 3,6% do rendimento médio real dos assalariados com carteira do setor privado, o que contrasta com o aumento de 45% no caso dos sem carteira no mesmo período.²¹

A estagnação do rendimento do assalariado formal do setor privado também se mostra evidente quando comparada com a evolução dos rendimentos dos trabalhadores autônomos para empresas, domésticos e empresários.

Entre 1992 e 2021, o rendimento médio real do trabalho principal dessas três posições cresceu relativamente ao rendimento daqueles. No período, a razão [rmrtp autônomos para empresas/rmrtp dos assalariados do setor privado com carteira] passou de 85% para 121%; a razão [rmrtp autônomos para empresas/rmrtp dos assalariados do setor privado com carteira] passou de 78% para 89%; a razão [rmrtp dos trabalhadores domésticos/rmrtp dos assalariados do setor privado com carteira] subiu de 27% para 56%; e a razão [rmrtp empresários/rmrtp dos assalariados do setor privado com carteira] passou de 224% para 308% no período.

Quadro 1 - Rendimento médio real do trabalho principal e proporção da população ocupada, por posição na ocupação no Distrito Federal, 1992 e 2021

Posição na ocupação	1992			2021			Variação			
	RM RTP (R\$)	Ocupados (%)	Ocupados (mil)	RM RTP (R\$)	Ocupados (%)	Ocupados (mil)	RM RTP (R\$)	Part. Ocupados (Var %)	Part. Ocupados (var p.p.)	Ocupados (Var %)
Setor público Estatutário	5.480	20,8	132,9	10.650	13,1	179,1	94	-37,02	-7,7	34,75
Setor público n. Estatutário	6.415	11,1	71,0	7.685	9,4	127,7	20	-15,32	-1,7	79,85
Empresário	5.290	5,8	36,9	7.133	5,6	76,8	35	-3,45	-0,2	108,1
Setor privado com carteira	2.406	28,2	180,2	2.319	39,9	544,5	-4	41,49	11,7	202,2
Setor privado sem carteira	1.184	7,8	49,9	1.768	8,3	113,0	49	6,41	0,5	126,5
Autônomo	1.913	14,4	92,1	2.177	17,7	241,9	14	22,92	3,3	162,6
Doméstica/os e outros	685	11,9	75,7	1.290	6,1	82,9	88	-48,74	-5,8	9,44

Fonte: Convênio Dieese/Seade-SP/MTE-FAT/Setrab-GDF/IPE-DF. Preços de novembro de 2021, média móvel de 12 meses
Elaboração: Os Autores.

No caso dos trabalhadores autônomos em geral, cuja relevância numérica é maior do que aqueles voltados para empresas, o rendimento médio real do trabalho principal evoluiu timidamente; passou de R\$ 1.869, em 1992, para R\$ 2.057 em 2021, com pico de R\$ 2.470 em 2015. No comparativo com o assalariado com carteira do setor privado, o rendimento médio real do trabalho principal dos autônomos oscilou entre 75% e 104% em relação ao rendimento daquela posição na ocupação.

No setor público, o rendimento dos assalariados também apresentou trajetórias diferentes entre subgrupos, estatutários e não estatutários. Com exceção do período 1992-1994, em que o rendimento médio dos não estatutários foi superior ao dos assalariados do setor público estatutários, em toda série histórica subsequente ocorreu justamente o contrário. O rendimento médio dos assalariados estatutários chegou a mais que dobrar, de R\$ 5.480 para R\$ 11.145, entre 1992 e 2020; recuou ligeiramente em 2021 para R\$ 10.650.

²¹ Se, em vez de 2021 como último ano comparativo, tomarmos o ano de 2019, anterior à pandemia, o rendimento médio real do trabalho principal dos assalariados do setor privado com carteira subiu 3,6%, e, no caso dos sem carteira, o aumento foi de 53,1%.

Entre os não estatutários, o crescimento do rendimento médio do trabalho principal foi de 19,8%, no período 1992-2021, de R\$ 6.415 para R\$ 7.685, evolução significativamente inferior à dos estatutários.

Em síntese, em relação ao rendimento médio real do trabalho principal por posição na ocupação, entre 1992 e 2021, cinco situações são destacadas, considerando a combinação entre o patamar do rendimento e sua evolução do período:

- a) Posições de baixa remuneração média (até 1,5 salário mínimo (sm)) que tiveram bom desempenho no período (próximo de dobrar): trabalhadores(as) domésticos(as);
- b) Posições de remuneração média intermediária (entre 1,5 e 4,0 sm) que apresentaram mau desempenho (estagnação ou ligeira oscilação): assalariados do setor privado com carteira e trabalhadores autônomos voltados para o público geral;
- c) Posições de remuneração média intermediária que evoluíram razoavelmente bem (crescimento entre 30% e 50%): assalariados do setor privado sem carteira e trabalhadores autônomos voltados para empresas;
- d) Posições de remuneração média elevada (acima de 4,0 sm) que mostraram dinâmica razoavelmente boa: empresários e assalariados do setor público não estatutários;
- e) Posições de remuneração média elevada que performaram bem: assalariados estatutários do setor público.

4.4.2. Posição na ocupação e setor de atividade econômica

O cruzamento da posição na ocupação com os setores auxilia na compreensão da evolução do rendimento médio real do trabalho principal (rmrtp). Entre os assalariados do setor privado com carteira, até 2015, os períodos de declínio do rmrtp (1999-2003), estagnação (1992-1998 e 2004-2006) e recuperação (2007-2010 e 2011-2015) ocorreram em todos os setores. Com a crise de 2015-2016, no entanto, aqueles inseridos nos setores de comércio e de construção civil sofreram mais que os ocupados no serviço e na indústria de transformação.

O rmrtp dos assalariados do setor privado com carteira no comércio caiu 11,9% entre 2015 e 2021; e 14,7%, na construção civil; mas, na indústria de transformação e no serviço, o crescimento foi de 12,3% e 2,2%, respectivamente, no mesmo período.

No caso dos assalariados do setor privado sem carteira, a volatilidade do rmrtp é uma marca importante, especialmente na construção civil. Vale notar, apesar dessa característica, que há uma tendência mais geral de crescimento do rmrtp desde o início da série (1992) até a crise de 2015-2016, quando ocorreu uma queda generalizada entre os setores, diferentemente dos assalariados com carteira de trabalho, em que o movimento é distinto de acordo com o setor.

Esse comportamento contrastante entre os ocupados com e sem carteira a partir da crise econômica de 2015-2016 sugere um ajuste mais forte no rendimento dos trabalhadores informais, cujo processo rescisório é menos (ou nada) custoso para o empregador.

4.4.3. Posição na ocupação e grau de instrução

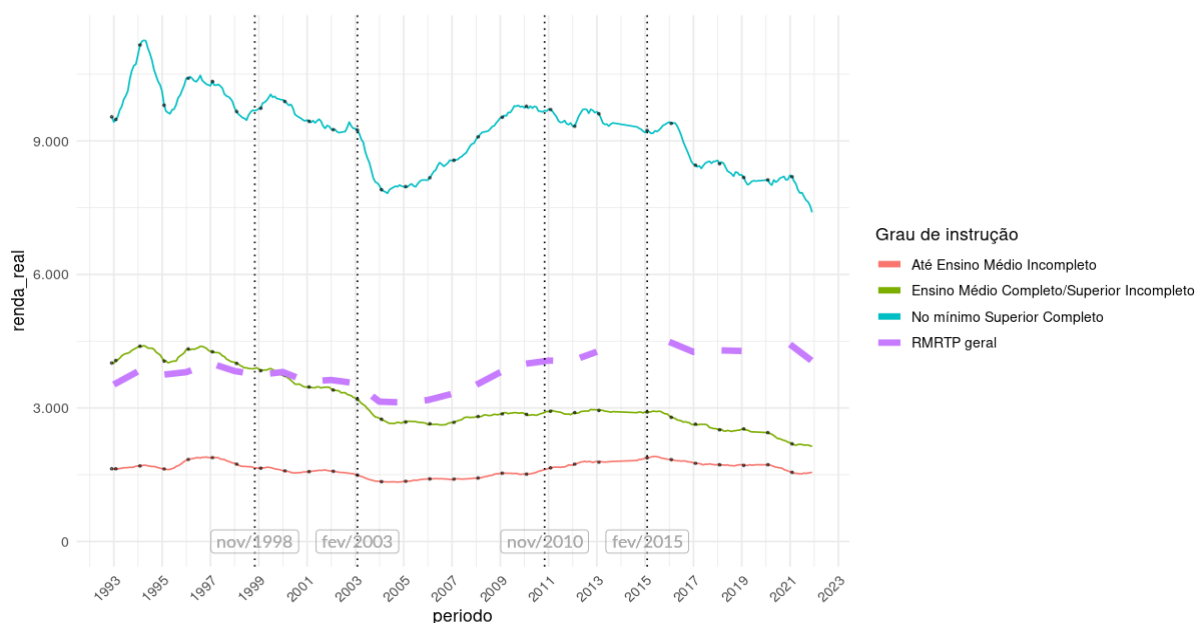
Um resultado bastante significativo encontrado se refere à análise do rendimento por grau de instrução. De acordo com os dados da PED-DF disponíveis, o rmrtp da população ocupada com menor grau de instrução (até ensino médio incompleto) subiu cerca de 20% entre 1992 e 2015, quando começou a cair continuamente até 2021, atingindo patamares ligeiramente inferiores ao registrado no ano de 1992.

Em outras palavras, considerando o período de 30 anos, o rmrtp dessa camada da população manteve-se no patamar, oscilando entre R\$ 1.320 (2004) e R\$ 1.940 (2015), até registrar R\$ 1.554, em novembro de 2021, média de R\$ 1.608 no período 1992-2021.

No caso da população ocupada cujo grau de instrução corresponde ao ensino médio completo ou superior incompleto, o cenário é diferente. Entre 1992 e 1996, o rmrtp desse grupo oscilou em torno da média de R\$ 4.200, quando, a partir de meados de 1996, inicia-se um declínio prolongado até 2006, ano em que atingiu o patamar de R\$ 2.600; entre 2007 e 2015, o rmrtp operou na banda de R\$ 2.500 a R\$ 3.000, com média de R\$ 2.876; a partir de 2016, registra-se nova tendência de queda, atingindo o mínimo da série história de R\$ 2.137, em 2021. Logo, considerando o período de 30 anos, o rmrtp dessa camada da população decresceu mais de 46%, oscilando entre R\$ 2.137 (2021) e R\$ 4.358 (1994) com média R\$ 3.155.

Identifica-se, portanto, um contraste relevante entre a evolução do rmrtp da população ocupada com grau de instrução menor (até ensino médio incompleto) e grau de instrução intermediário (ensino médio completo e ensino superior incompleto).

Gráfico 6 - Rendimento médio real do trabalho principal (R\$), por faixas de grau de instrução, Distrito Federal, 1992-2021



Fonte: Convênio Dieese/Seade-SP/MTE-FAT/Setrab-GDF/IPE-DF. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal. Nota: valores monetários a preços de novembro de 2021 conforme inflator próprio da PED-DF (INPC-DF); média móvel 12 meses.

Elaboração: Os Autores.

Embora o rmrtp de ambas tenha passado por períodos de crescimento, oscilações e queda, o hiato entre essas populações de grau de instrução diferente foi significativamente reduzido, sobretudo devido ao mau desempenho do mercado de trabalho do DF em termos

de geração de empregos diversificados de qualidade (hipótese). Assim, se em 1992 o *rmrtp* de quem estava na faixa intermediária de grau de instrução era 2,46 vezes o das faixas com menor grau de instrução, esse múltiplo caiu 44,8% em 2021 (passou a representar 1,38 vez).

A terceira faixa de grau de instrução, superior completo ou mais, apresentou redução de 21,5% do *rmrtp* entre 1992 e 2021. No entanto, diferentemente das faixas anteriores, o patamar do *rmrtp* da população ocupada desta faixa foi consideravelmente superior, oscilou entre R\$ 7.396 (2021) e R\$ 11.256 (1994), com média de R\$ 9.204 no período de 30 anos. O primeiro subperíodo de queda do *rmrtp* ocorreu entre 1994 e 2004, interrompido por uma recuperação entre 2005 e 2010, sucedido por estagnação com leve declínio até 2015, e um novo momento de trajetória mais fortemente declinante que se estende até 2021.

Entre as três faixas de grau de instrução considerada, as duas superiores evoluíram relativamente pior que a faixa de menor grau de instrução, resultando na diminuição de diferencial entre o *rmrtp* dos mais instruídos em comparação com os menos instruídos. Nesse sentido, se, por um lado, o *rmrtp* dos ocupados com ensino superior completo ou mais passou de aproximadamente 6 vezes para 4,8 vezes o *rmrtp* dos ocupados com até ensino médio incompleto; por outro, na relação entre a faixa superior e a intermediária a diferença aumentou; passou de 2,4 vezes para 3,5 vezes no período 1992-2021.

O cruzamento da posição na ocupação com o grau de instrução (ver Apêndice - Figura 1) permite entender melhor o movimento do *rmrtp* descrito acima e ilustrado no Gráfico 6. O *rmrtp* da população ocupada pertencente às menores faixas de grau de instrução (até ensino médio incompleto e ensino médio completo ou superior incompleto) responde, fundamentalmente, à trajetória observada entre os assalariados do setor privado (ver Apêndice - Figura 1, A e B) e entre os trabalhadores autônomos (ver Apêndice - Figura 1, E), ou seja, há um encurtamento da distância de rendimento do trabalho entre aqueles que não chegaram a concluir o ensino médio e aqueles que o fizeram.

Em contraste, para essas mesmas faixas de grau de instrução, o movimento do *rmrtp* foi bastante distinto em relação aos assalariados estatutários do setor público (ver Apêndice - Figura 1, C), que cresceu a partir de meados dos anos 2000, ainda que o hiato entre as duas faixas de escolaridade também tenha-se reduzido nos últimos anos (2020-2021).

Por sua vez, nas trajetórias do *rmrtp* dos ocupados com ensino superior ou mais se destacam a drástica redução entre os assalariados do setor privado com carteira e a substantiva elevação entre os assalariados do setor público. No caso dos não estatutários (Figura 1 D), após a queda do *rmrtp* entre 1992-2002, verificou-se uma gradual elevação deste; e, entre os empresários (ver Apêndice - Figura 1 F), o *rmrtp* evoluiu com maior volatilidade ao longo dos 30 anos considerados, registrando um patamar favorável na primeira metade da década de 2010, seguido de um retorno ao nível do começo dos anos 2000 nos anos recentes.

4.4.4. Diferenciais por sexo e cor/raça

Ao longo das três décadas analisadas, verificou-se o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho local (BORSARI; BORGES, 2022), concomitante à redução no diferencial de rendimentos médio real do trabalho principal entre homens e mulheres no Distrito Federal (Gráfico 15).

Entre 1992 e 2021, o *rmrtp* dos homens cresceu aproximadamente 11% e o das mulheres, 30,5%. Em 1992, o *rmrtp* das mulheres ocupadas era de R\$ 2.488, apenas 64,7% do equivalente aos homens (R\$ 3.845); em 2000, essa proporção subiu para 67,2%

(mulheres R\$ 2.694, homens R\$ 4.007); em 2010, a redução da diferença continuou, o mrtp das mulheres, R\$ 3.236, chegou a 72,6% do mrtp dos homens (R\$ 4.457); e, em 2021, a proporção avançou até 76% (mulheres R\$ 3.246, homens R\$ 4.269).

A evolução do hiato de rendimentos entre brancos e negros²² no Distrito Federal pode ser visualizada no Apêndice - Gráfico 16. Em 1992, os ocupados brancos recebiam, em média, em torno de 1,63 vez o rendimento real dos ocupados negros, proporção reduzida para cerca 1,45 vez até meados dos anos 2000. A partir de então, o múltiplo voltou a se ampliar, superando o patamar inicial com o aprofundamento da crise econômica de 2014-2016.

Entre 1992 e 2021, o mrtp dos ocupados brancos cresceu cerca 37,3% e o dos negros, 29,1%. Em 1992, o mrtp dos negros ocupados era de R\$ 2.336, equivalente a 61,2% do mrtp dos brancos (R\$ 3.817); em 2000, essa proporção subiu para 66,1% (negros R\$ 2.797, brancos R\$ 4.232); em 2010, a diferença voltou a incrementar: o mrtp dos negros, R\$ 3.184, recuou para 60,8% como proporção do mrtp dos ocupados brancos (R\$ 5.233). Em 2021, a diferença continuou a aumentar: a última informação estimada indica que os negros recebiam, em média, 57,8% do rendimento dos brancos (brancos R\$ 5.240, negros R\$ 3.017).

²² Indivíduos autodeclarados como pretos ou pardos.

5. COMENTÁRIOS FINAIS

O presente estudo acerca do mercado de trabalho do Distrito Federal com base na série de 30 anos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-DF) é uma contribuição valiosa para a compreensão do funcionamento do mercado de trabalho em uma das regiões mais importantes do país. Observa-se, de partida, que o período contemplado representa aproximadamente metade do tempo desde a fundação de Brasília, o que indica a relevância longitudinal da análise. Um dos principais resultados encontrados se refere à identificação de cinco subperíodos do mercado de trabalho, cada um com suas próprias características e dinâmicas, identificados a partir do método de quebra estrutural da taxa de desemprego total estimada.

O papel das instituições que promovem a PED-DF também é digno de destaque, uma vez que a pesquisa amostral é fundamental para a obtenção de informações precisas e confiáveis sobre a situação do mercado de trabalho local. Por meio dessa pesquisa, é possível monitorar a evolução do emprego e do desemprego ao longo do tempo, identificar tendências, desafios e orientar políticas públicas que visem à melhoria das condições de trabalho e de vida da população.

No plano mais geral, ressaltamos que a economia brasileira passou por diversas dinâmicas particulares entre 1992 e 2021. Momentos de crescimento (1992-1998 e 2003-2010), de estagnação com mercado de trabalho aquecido (2011-2014) e de fortes crises (1999-2002 e 2015-2021). A taxa de desemprego, a massa salarial e o poder de compra da população respondem, em larga medida, aos condicionantes mais gerais da estrutura econômica e das políticas públicas. O panorama apresentado da economia brasileira no período referido é o terreno sobre o qual se moveu a atividade do mercado de trabalho do Distrito Federal, objeto principal deste artigo.

No caso do Distrito Federal, a evolução da atividade laboral remunerada mostra que, em 30 anos, o mercado de trabalho praticamente dobrou, envelheceu e enegreceu. A taxa de desemprego, entre altos e baixos, terminou o período ligeiramente maior do que iniciou: estruturalmente alta, especialmente entre jovens, negros e mulheres. A proporção de mulheres e negros na composição da população economicamente ativa aumentou, com destaque para os negros que passaram de 40% para 72% no período.

O caso da juventude no mercado de trabalho é emblemático, como demonstrado neste estudo. Verifica-se uma elevada taxa de desemprego entre os jovens (15 a 29 anos), representando um grande volume de jovens *buscando sem sucesso oportunidades de trabalho*. Nos anos recentes, o cenário é ainda mais alarmante, visto que, desde 2012, a tendência anterior de queda da taxa de desemprego entre os jovens foi revertida e atingiu um pico em 2020 (35,8%). Ainda, destaca-se que a participação de jovens no total da população ocupada reduziu-se pela metade entre 1992 e 2021, de 45,3% para 24,2%, expressando o referido “envelhecimento da população ocupada do Distrito Federal.

O rendimento médio real do trabalho principal avançou pouco nos últimos 30 anos, embora o crescimento do período 2003-2014 se destaque. A persistência de estratos “superior” e “inferior” marca a desigualdade estrutural do mercado de trabalho do DF, traduzindo-se em dois grupos de ocupados com patamares de rendimento bastante diferentes, em que pese à redução do índice de Gini global do rendimento médio real do trabalho principal.

Os assalariados estatutários do setor público dobraram seu rendimento, contrastando com a estagnação dos assalariados do setor privado com carteira assinada. A diferença de rendimento entre homens e mulheres caiu ao longo do período, enquanto, para os trabalhadores negros, o período de melhoria em relação aos brancos reverteu-se, voltando a níveis de desigualdades alarmantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALTAR, P. E. DE A.; SOUEN, J. A.; CAMPOS, G. C. DE S. Emprego e distribuição da renda. Em: CARNEIRO, R.; BALTAR, P. E. DE A.; SARTI, F. (Eds.). **Para além da política econômica**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018. p. 11-54.

BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. Em: SADER, E. (Ed.). **10 Anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. 1. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: BOITEMPO Editorial; FLACSO Brasil, 2013. p. 69-102.

BASTOS, C. P.; FERRAZ, F. A economia brasileira na primeira metade dos anos 1990: inflação, mudança estrutural e estabilização. Em: ARAUJO, V. L. DE; MATTOS, F. A. M. DE (Eds.). **A economia brasileira de Getúlio a Dilma - novas interpretações**. São Paulo: Hucitec Editora, 2021. p. 387-423.

BIAGIONI, D. B. *et al.* **O Mercado de Trabalho no DF entre 1992 e 2011 - Síntese dos 20 anos da Pesquisa de Emprego e Desemprego no DF**. Brasília, 2011.

BORGES, R. E. S.; NAKATANI, P. Eleição, crise e desvalorização cambial no Brasil. **Nuestra América XXI. Desafíos y alternativas**, v. outubro de 2018, n. 24.

BORGES, R. E. S.; STOCCO, A. F.; CAMPOS, N. L. Crisis y pandemia por COVID-19: gestión estatal de la fuerza de trabajo y precariedad laboral en Brasil. Em: **Crisis capitalista mundial en tiempos de pandemia: una mirada desde Nuestra América**. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

BRUNET, M. B.; DE ANDRADE, L. M.; CARDOSO, N. A. Fratura geracional no Brasil no início do século 21? Análise das oportunidades de vida da geração jovem no Brasil entre 2012 e 2019. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 22, 2022.

CARNEIRO, R. Navegando a contravento: Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff. Em: CARNEIRO, R.; BALTAR, P. E. DE A.; SARTI, F. (Eds.). **Para além da política econômica**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018. p. 11-54.

DE PAULA, L. F.; BRUNO, M. Financeirização, coalizão de interesses e taxa de juros no Brasil. **Revista Princípios**, v. 151, 2017.

DIEESE. **Evolução do salário mínimo reajustes, ganhos reais e simulações por governos -1995 a 2018**. [s.l.; s.n.]. Disponível em: http://www.contaq.org.br/arquivos/portal/Simulacao_Salario_Minimo_Contaq_Jan2018_1.pdf.

GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 1, n. 31, 2012.

HOLLAND, M. Por que as taxas de juros reais de curto prazo são tão elevadas no Brasil? **Revista Economia & Tecnologia**, v. 2, n. 1, 2006.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais, Brasil: Ano de Referência 2010**. [s.l.] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Rio de Janeiro, 2016.

KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. O. O avanço das formas de contratação flexíveis. Em: KREIN, J. D. *et al.* (Eds.). **O trabalho pós-reforma trabalhista (2017)**. Campinas: CESIT-Unicamp, 2021.

- LOPEZ, F.; GUEDES, E. **Três décadas de funcionalismo brasileiro (1986-2017)**: Atlas do Estado Brasileiro. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/download/154/tres-decadas-de-funcionalismo-brasileiro-1986-2017>. Acesso em: 18 dez. 2022.
- MEDEIROS, C. A. DE. Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira. 2015.
- OREIRO, J. L.; DE PAULA, L. F. A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: Uma avaliação preliminar. **ResearchGate**. Set, 2019.
- RAMOS, R. A. **Financialization and its implications on the determination of exchange rates of emerging market economies**. [s.l.] Université Sorbonne Paris Cité and Universidade estadual de Campinas, 2016.
- SCHLABITZ, C. J. **A economia do Distrito Federal de acordo com o PIB.**, 25 jan. 2019. Disponível em: <https://economiasdeservicos.com/2019/01/25/a-economia-do-distrito-federal-de-acordo-com-o-pib/>.
- SCHLABITZ, C. J.; FIGUEIREDO, J. F. M.; COITINHO, R. C. **Conjuntura econômica - Performance das atividades produtivas distritais durante a pandemia**. Brasília, 12 ago. 2021. Disponível em: <http://economia.codeplan.df.gov.br/>.
- SICSÚ, J. Flutuação cambial e taxa de juros no Brasil. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 22, p. 518-523, 2020.
- SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos estudos CEBRAP**, p. 39-67, 2015.
- SINGER, A. O lulismo e seu futuro. **Revista Piauí**, v. 49, p. 1-16, 2010.
- SOUZA, M. L. DE; MAIA, R. DE A.; OLVEIRA, T. Estrutura e Dinâmica do Mercado de Trabalho do Distrito Federal. Em: **Trabalho na capital**. Brasília: Sadi Dal Rosso (org.), 2011. p. 35-45.
- STOCCO, A. F.; BORGES, R. E. S. Crise, pandemia, políticas públicas e trabalhadores no Brasil. **Anais do V SERPINF e III SENPINF**, p. 17, 2020.
- WELLE, A.; BASTOS, P. P. Z.; FURNO, J. **O poder de compra do salário mínimo: dos governos Lula a Bolsonaro: Notas técnicas do CECON**. [s.l.; s.n.]. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/noticias/o-poder-de-compra-do-salario-minimo-dos-governos-lula-a-bolsonaro-nota-do-cecon-n-18>.
- ZAVASKI, C. *et al.* **Distrito Federal 2000-2013**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

APÊNDICE

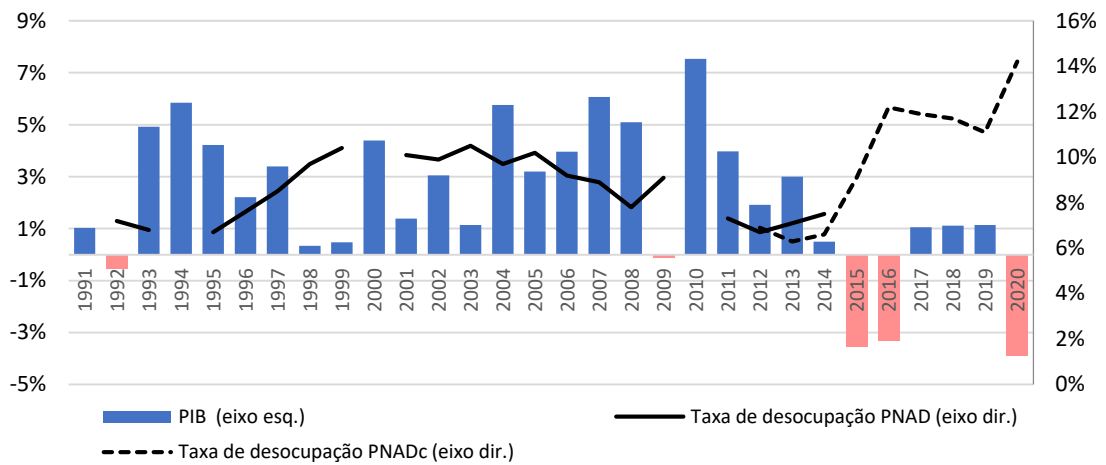
Apêndice A - Tabela e gráficos

Tabela 5 - Variáveis macroeconômicas selecionadas, 1990-2021, Brasil

Ano	Taxa de câmbio BRL/USD	IPNC (% 12 meses)	IPCA (% 12 meses)	Taxa Selic (% a. a.)
1990		1.585,18		
1991		475,11		
1992		1.149,05		
1993		2.489,11		
1994		929,32		
1995	0,97	21,98	22,41	
1996	1,04	9,12	9,56	23,00
1997	1,11	4,34	5,22	40,92
1998	1,20	2,49	1,65	29,00
1999	1,84	8,43	8,94	19,00
2000	1,96	5,27	5,97	15,75
2001	2,36	9,44	7,67	19,00
2002	3,63	14,74	12,53	25,00
2003	2,92	10,38	9,30	16,50
2004	2,72	6,13	7,60	17,75
2005	2,28	5,05	5,69	18,00
2006	2,15	2,81	3,14	13,25
2007	1,79	5,16	4,46	11,25
2008	2,39	6,48	5,90	13,75
2009	1,75	4,11	4,31	8,75
2010	1,69	6,47	5,91	10,75
2011	1,84	6,08	6,50	11,00
2012	2,08	6,20	5,84	7,25
2013	2,34	5,56	5,91	10,00
2014	2,64	6,23	6,41	11,75
2015	3,87	11,28	10,67	14,25
2016	3,35	6,58	6,29	13,75
2017	3,29	2,07	2,95	7,00
2018	3,88	3,43	3,75	6,50
2019	4,11	4,48	4,31	4,50
2020	5,14	5,45	4,52	2,00
2021	5,65	10,16	10,06	9,25

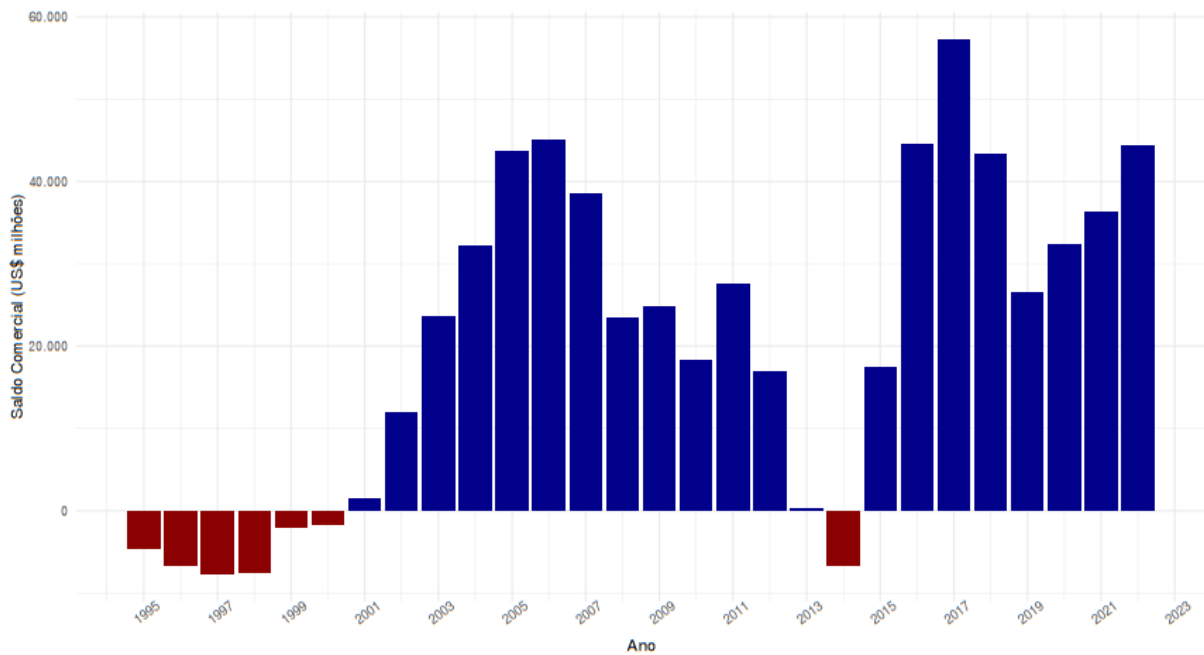
Fonte: IBGE (IpeaData). Nota: taxa de câmbio e taxa Selic em dezembro de cada ano
Elaboração: Os Autores.

Gráfico 7 - Produto Interno Bruto (taxa de variação real anual) e taxa de desocupação (dez.), 1991-2020, Brasil



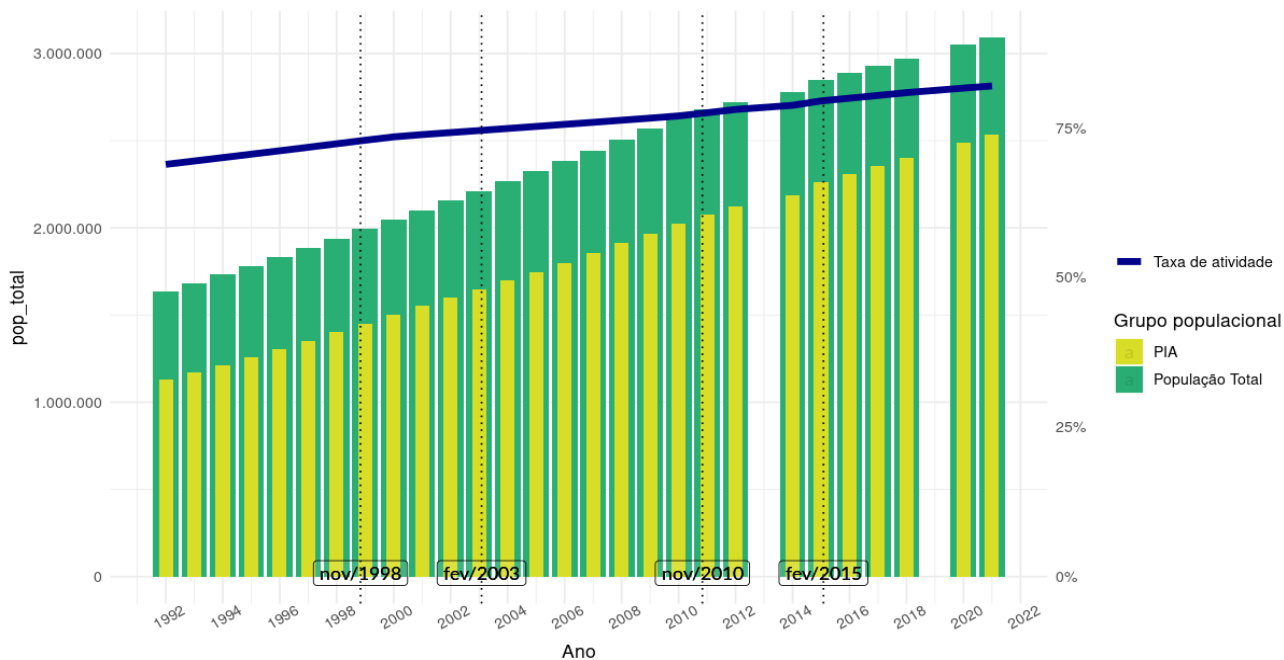
Fonte: IBGE. Informações disponíveis no SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais, Banco Central
Elaboração: Os Autores.

Gráfico 8 - Saldo da Balança Comercial, em US\$ (milhões), 1995-2020, Brasil



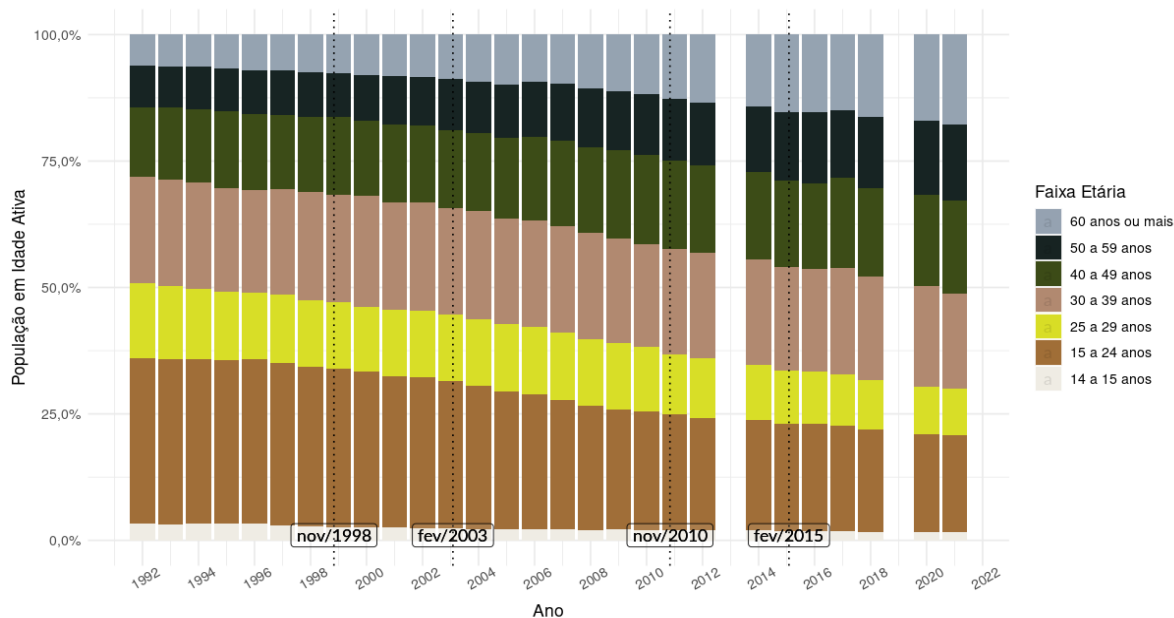
Fonte: Banco Central do Brasil, Balanço de Pagamentos (BPM6)
Elaboração: Os Autores.

Gráfico 9 - População total, população em idade ativa e taxa de atividade, Distrito Federal, 1992-2021



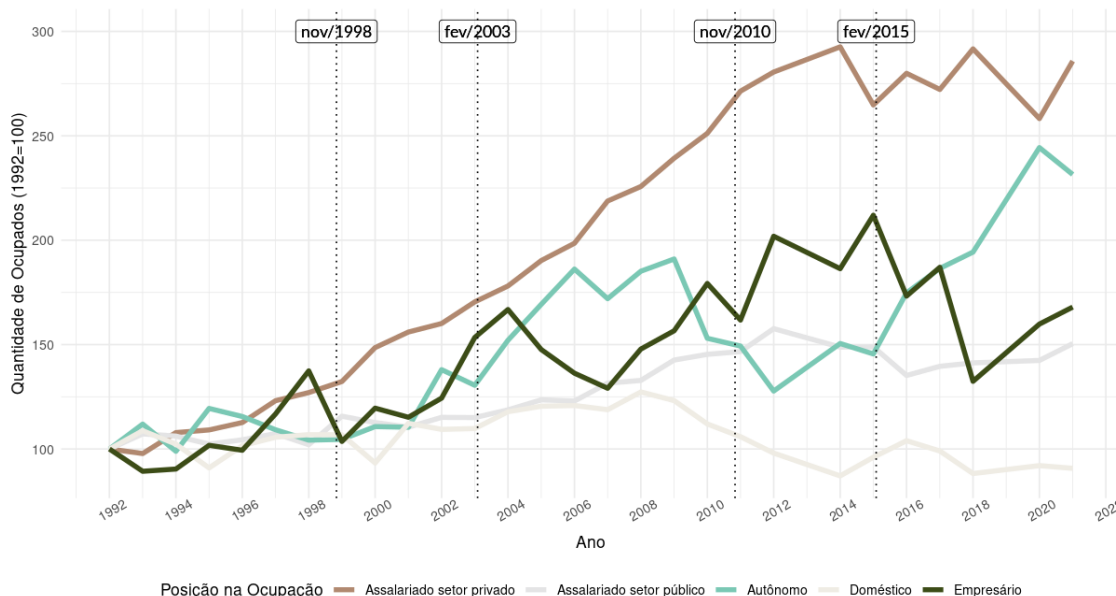
Fonte: Convênio Dieese/Seade-SP/MTE-FAT/Setrab-GDF/Codeplan. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal
Elaboração: Os Autores.

Gráfico 10 - Participação da população em idade ativa, por faixa etária, DF, 1992-2021



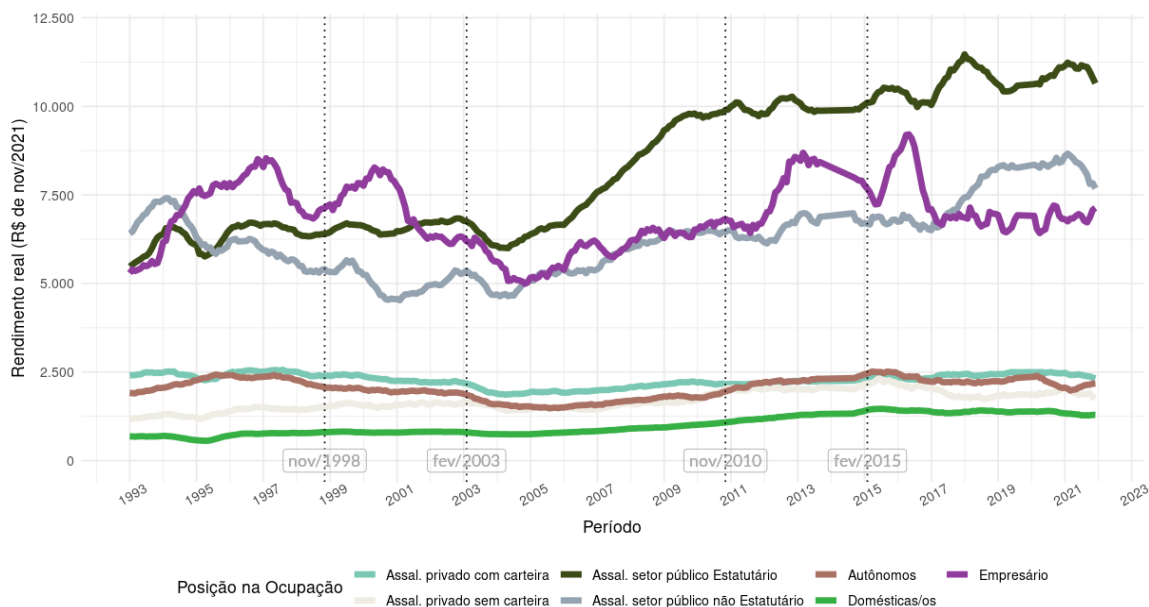
Fonte: Convênio Dieese/Seade-SP/MTE-FAT/Setrab-GDF/Codeplan. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal
Elaboração: Os Autores.

Gráfico 11 - Distribuição da posição na ocupação, Distrito Federal, 1992-2021



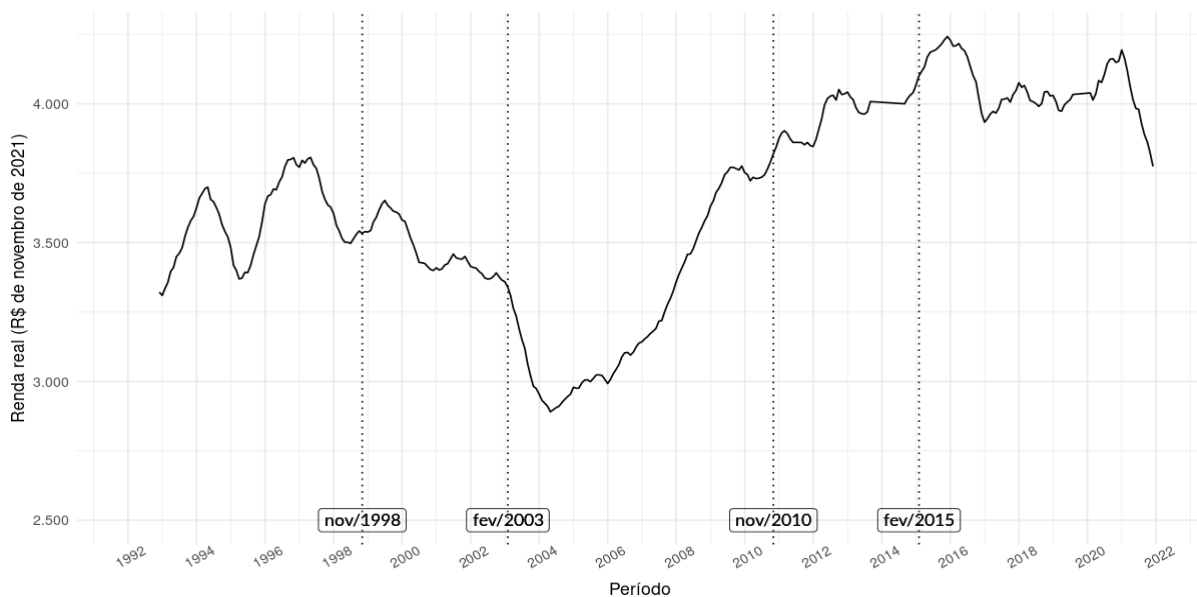
Fonte: Convênio Dieese/Seade-SP/MTE-FAT/Setrab-GDF/Codeplan. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal
Elaboração: Os Autores.

Gráfico 12- Rendimento real do trabalho principal, por posição na ocupação, Distrito Federal, 1992 a 2021



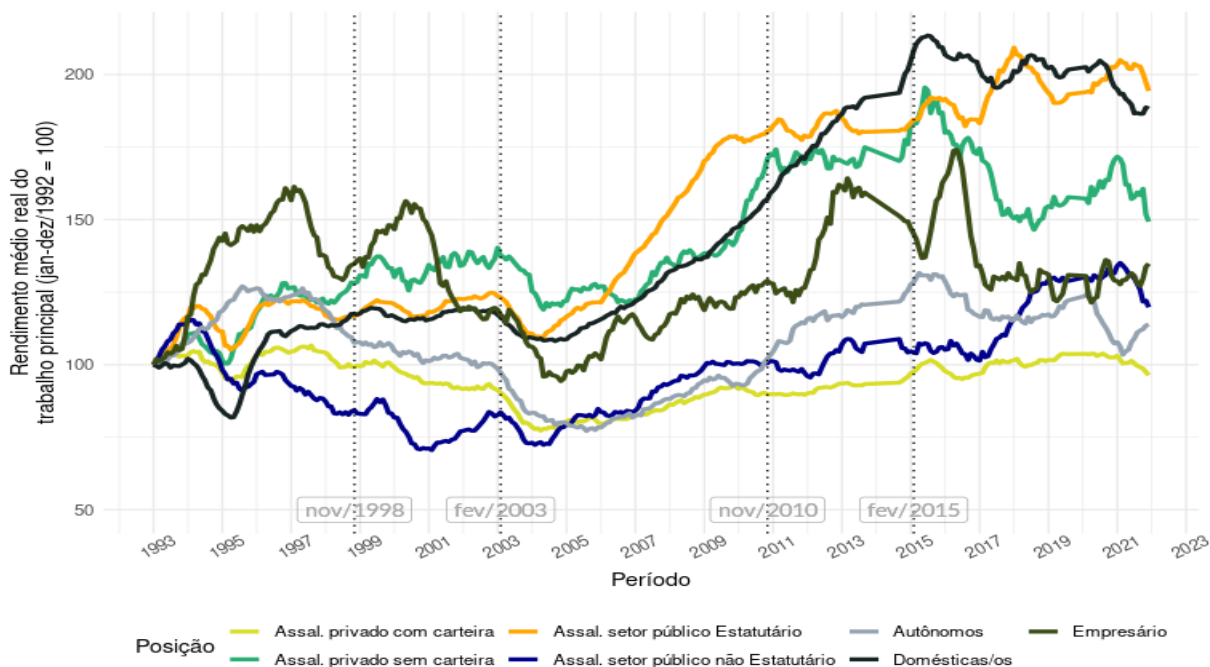
Fonte: Convênio Dieese/Seade-SP/MTE-FAT/Setrab-GDF/Codeplan. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal
Elaboração: Os Autores.
Nota: Média móvel de doze meses; preços de novembro de 2021

Gráfico 13 - Rendimento médio real do trabalho principal, Distrito Federal, 1992-2021



Fonte: Convênio Dieese/Seade-SP/MTE-FAT/Setrab-GDF/Codeplan. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal
Elaboração: Os Autores.
Nota: valores monetários a preços de novembro de 2021; média móvel 12 meses

Gráfico 14 - Evolução do rendimento médio real do trabalho principal (índice 1992=100), por posição na ocupação, Distrito Federal, 1992-2021



Fonte: Convênio Dieese/Seade-SP/MTE-FAT/Setrab-GDF/Codeplan. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal
Elaboração: Os Autores.
Nota: valores monetários a preços de novembro de 2021; média móvel 12 meses

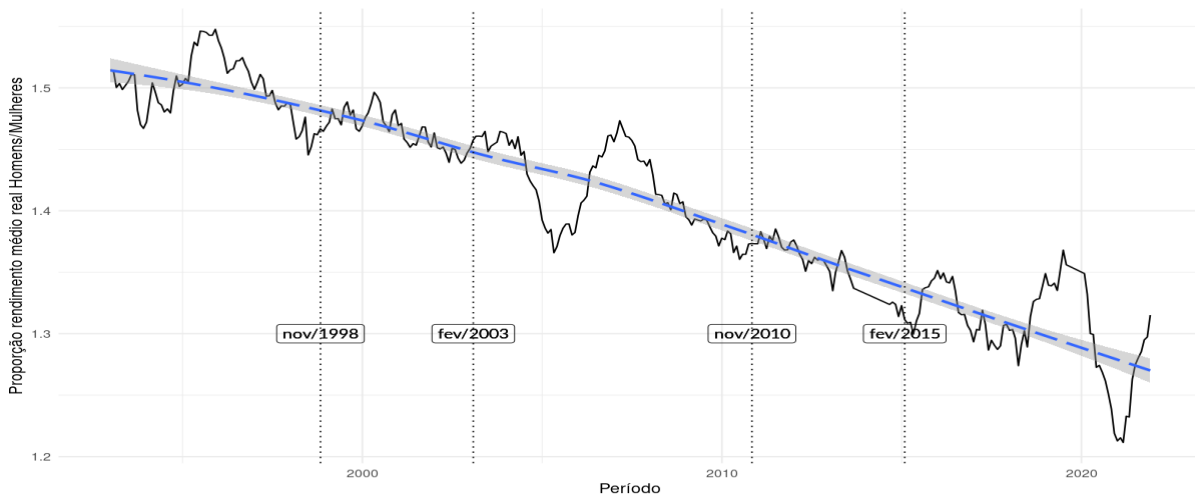
Figura 1 - Rendimento médio real do trabalho principal (R\$), por posição na ocupação e faixas de grau de instrução, DF, 1992-2021



Fonte: Convênio Dieese/Seade-SP/MTE-FAT/Setrab-GDF/Codeplan. PED-DF - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal
Elaboração: Os Autores.

Nota: valores monetários a preços de novembro de 2021 conforme inflator próprio da PED-DF (INPC-DF); média móvel 12 meses

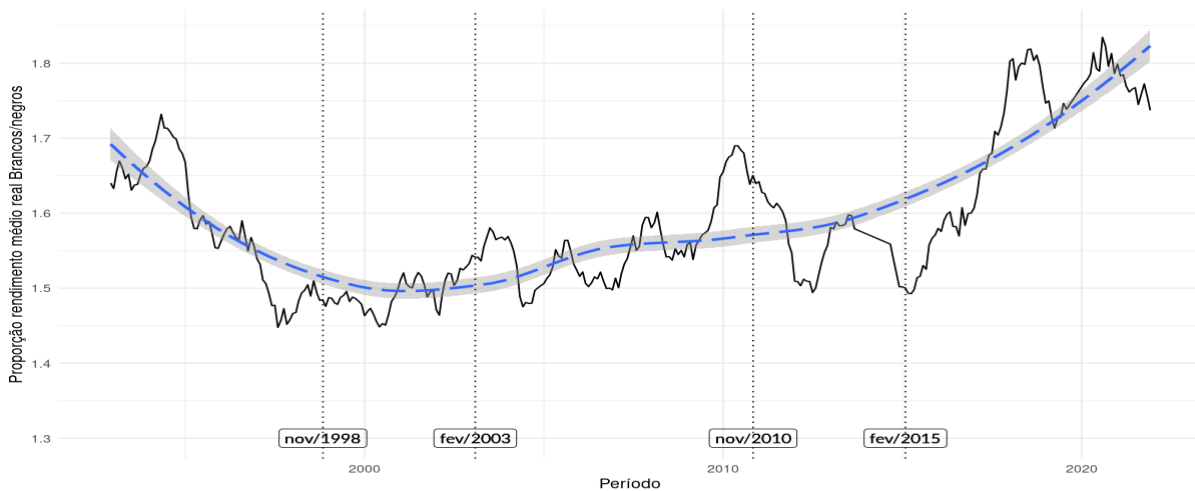
Gráfico 15 - Hiato do rendimento médio real do trabalho principal, por sexo, Distrito Federal, 1992-2021



Fonte: Convênio Dieese/Seade-SP/MTE-FAT/Setrab-GDF/IPE-DF. PED-DF
Elaboração: Os Autores.

Nota: valores monetários a preços de novembro de 2021 conforme inflator próprio da PED-DF(INPC-DF); média móvel 12 meses. Linha suavizada pontilhada estimada pelo uso de médias condicionais suavizadas do método de modelagem aditiva generalizada (GAM, Generalized Additive Models) a partir da aplicação da função geom_smooth (Wickham, 2016).

Gráfico 16 - Hiato do rendimento médio real do trabalho principal entre brancos e negros, Distrito Federal, 1992-2021



Fonte: Convênio Dieese/Seade-SP/MTE-FAT/Setrab-GDF/IPE-DF. PED-DF
Elaboração: Os Autores.

Nota: valores monetários a preços de novembro de 2021 conforme inflator próprio da PED-DF(INPC-DF); média móvel 12 meses. Linha suavizada pontilhada estimada pelo uso de médias condicionais suavizadas do método de modelagem aditiva generalizada (GAM, Generalized Additive Models) a partir da aplicação da função geom_smooth (Wickham, 2016).

**Instituto de Pesquisa e Estatística
do Distrito Federal - IPEDF Codeplan**

Setor de Administração Municipal
SAM, Bloco H, Setores Complementares
Ed. Sede Codeplan
CEP: 70620-080 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-2222
www.ipe.df.gov.br
ipe@ipe.df.gov.br